



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE JANEIRO DE 1992

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

Alberto Monteiro de Araújo

### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.os 56/VI a 58/VI e do projecto de resolução n.º 6/VI.

Foram aprovados os votos n.os 6/VI e 7/VI, de pesar pelo falecimento dos Profs. Doutores Luís de Albuquerque e Bahadura Fernandes, subscritos por Deputados dos grupos parlamentares presentes, tendo a Câmara guardado um minuto de silêncio. Produziram declaração de voto os Srs. Deputados Carlos Lélis (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Raúl Rêgo (PS), Adriano Moreira (CDS), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Manuel Sérgio (PSN) e, ainda, o Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Couto dos Santos).

Na abertura do debate da interpelação n.º 1/VI (PS) — Sobre política educativa, interviveram a Sr.ª Deputada Ana Maria

Bettencourt (PS) e o Sr. Ministro da Educação (Diamantino Du-rão), seguindo-se-lhes no uso da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Carlos Coelho, José Cesário e João Granja (PSD), António Filipe (PCP), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Lino de Carvalho (PCP), Marques da Silva, Julieta Sam-paio, Fernando Pereira Marques e Correia de Campos (PS), Manu-el Sérgio (PSN), José Apolinário e António José Seguro (PS), Manuel Queiró (CDS), Miranda Calha (PS), Pedro Roseira (PSD), Guilherme Oliveira Martins e António Martinho (PS), Marília Raimundo (PSD), António Braga (PS), Luís Fazenda (Indep.) e Pedro Passos Coelho (PSD).

A encerrar o debate, interviveram a Sr.ª Deputada Julieta Sam-paio (PS) e o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 50 mi-nutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Adriano da Silva Pinto.  
Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro Bissaia Barreto.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Ana Paula Matos Barros.  
António Barbosa de Melo.  
António Barradas Leitão.  
António do Carmo Branco Malveiro.  
António de Carvalho Martins.  
António Correia Vairinhos.  
António Esteves Morgado.  
António Fernandes Alves.  
António Germano Sá e Abreu.  
António José da Mota Veiga.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Coelho.  
António da Silva Bacelar.  
Aristides Alves Nascimento Teixeira.  
Arlindo da Silva Moreira.  
Arménio dos Santos.  
Belarmino Henriques Correia.  
Bernardino Gata da Silva.  
Carlos Alberto Lopes Pereira.  
Carlos Almeida Figueiredo.  
Carlos Lélis.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Carlos Manuel Maria Gonçalves.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.  
Cecília Pita Catarino.  
Delmar Ramiro Palas.  
Dinah Serrão Alhandra.  
Domingos Duarte Lima  
Domingos José Soares A. Lima  
Duarte Rogério Pacheco.  
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.  
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.  
Ema Maria Lóia Paulista.  
Fernando Cardoso Ferreira.  
Fernando Carlos Branco Marques de Andrade.  
Fernando Gomes Pereira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Fernando dos Reis Condeesso.  
Fernando Santos Antunes.  
Filipe Manuel da Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco João Bernardino da Silva.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Guilherme Rodrigues Silva.  
Hilário Torres Azevedo Marques,  
Isilda Maria Pires Martins.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
João Alberto Granja dos S. Silva.  
João Álvaro Poças Santos.  
João Domingos Abreu Salgado.

João Granja da Fonseca.  
João José Pedreira de Matos.  
João José da Silva Maçãs.  
João do Lago V. Mota.  
João de Oliveira Martins.  
Joaquim Cardoso Martins.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Maria Fernandes Marques.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José Álvaro Pacheco Percira.  
José Ângelo Correia.  
José António Peixoto Lima.  
José Augusto Santos da Silva Marques.  
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.  
José Freitas Costa Leite.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Leal Ferreira Piedade.  
José Leite Machado.  
José Manuel Borregana Meireles.  
José Manuel da Silva Costa.  
José Mário Gaspar.  
José Mário Lemos Damião.  
José Pereira Lopes.  
José Reis Leite.  
Leonardo Ribeiro de Almeida.  
Luís António Carrilho da Cunha.  
Luís António Martins.  
Luís Carlos David Nobre.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldes.  
Manuel Acácio Martins Roque.  
Manuel Antero da Cunha Pinto.  
Manuel Baptista Cardoso.  
Manuel Casimiro de Almeida.  
Manuel Castro de Almeida.  
Manuel da Costa Andrade.  
Manuel Lima Amorim.  
Manuel Maria Moreira.  
Manuel da Silva Azevedo.  
Manuel Simões Marques.  
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.  
Maria Fernanda Dias Cardoso.  
Maria Helena Ramos Mourão.  
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.  
Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
Maria de Lurdes Póvoa Costa.  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.  
Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.  
Mário Jorge Belo Maciel.  
Mário da Oliveira Santos.  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.  
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.  
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.  
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.  
Olinto da Cruz Ravara.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Fernando da Silva Rio.

Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
 Simão José Ricon Peres.  
 Telmo José Moreno.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Virgílio de Oliveira Carneiro.  
 Vítor Manuel Igreja Raposo.  
 Vítor Pereira Crespo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Bernardes Costa.  
 Alberto Manuel Avelino.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Américo Albino Salteiro.  
 Ana Maria Dias Bettencourt.  
 António de Almeida Santos.  
 António Alves Marques Júnior.  
 António Alves Martinho.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Correia de Campos.  
 António Domingues Azevedo.  
 António José Martins Seguro.  
 António Luís Santos Costa.  
 António Ribeiro Marques da Silva.  
 António da Silva Braga.  
 Armando António Martins Vara.  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Edite Fátima Marreiros Estrela.  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.  
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
 Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
 Fernando Alberto Pereira Marques.  
 Fernando Manuel Costa.  
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.  
 Gustavo Rodrigues Pimenta.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João António Gomes Proença.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Maria Lemos de Meneses Ferreira.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Lacão Costa.  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.  
 José Almeida Leitão.  
 José A. Martins Goulart.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Manuel Magalhães.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 José Rebelo dos Reis Lamego.  
 José Rodrigues dos Penedos.  
 José Sócrates de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís Manuel Capoulas Santos.  
 Manuel Alegre Melo Duarte

Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Manuel Videira Lopes.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Rui António Ferreira da Cunha.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.  
 António Filipe Gaião Rodrigues.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 José Manuel Maia.  
 José Manuel Reis Moraes.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Casimiro da Silva Tavares.  
 Manuel Tomás Cortés Rodrigues Queiró.

**Partido da Solidariedade Nacional (PSN):**

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

**Deputados independentes:**

João Corregedor da Fonseca.  
 Luís Emídio Mateus Fazenda.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

**O Sr. Secretário (João Salgado):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.º 56/VI (PCP, PSD e do PS) — Lei de Objecção de Consciência, que baixou às 3.ª e 5.ª Comissões, 57/VI (PS) — Financiamento da actividade dos partidos políticos, que baixou à 3.ª Comissão, e 58/VI (PS) — Lei do Segredo do Estado, que baixou à 3.ª Comissão, e por último o projecto de resolução n.º 6/VI (PSD) — Criação de uma comissão eventual para a reforma do Parlamento.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, como é do conhecimento de todos, faleceram hoje de madrugada dois insignes universitários portugueses, o Prof. Doutor Luís de Albuquerque, da Universidade de Coimbra, e o Prof. Barahona Fernandes, da Universidade Técnica de Lisboa. Qualquer deles foi um insigne cidadão, um exemplar universitário, um homem bom.

Como era amigo pessoal de um dos falecidos, quero, em meu nome pessoal, exprimir o meu voto de pesar à sua família, apesar de nesse sentido terem já dado entrada na Mesa dois votos, subscritos por Deputados de todos os grupos parlamentares.

Srs. Deputados, vai ser lido o voto n.º 6/VI, de pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Luís de Albuquerque, subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

Morreu o Prof. Doutor Luís de Albuquerque.

Historiador insigne, profundo estudioso e investigador da época dos Descobrimentos, humanista atento e cidadão empenhado nas causas da liberdade, do progresso e da justiça social, o Prof. Doutor Luís de Albuquerque marca a sua época como um grande homem da cultura e uma das maiores figuras da historiografia portuguesa.

A sua morte constitui uma perda inestimável para o País, quando celebrámos as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, cuja Comissão Nacional e iniciativas o Prof. Doutor Luís de Albuquerque contribuiu para prestigiar.

A Assembleia da República exprime um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Luís de Albuquerque e endereça à família sentidas condolências.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.*

Srs. Deputados, vai ser lido o voto n.º 7/VI, de pesar pela morte do Prof. Barahona Fernandes, também subscrito por deputados de todos os grupos parlamentares.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

Os Deputados abaixo assinados propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Barahona Fernandes, universitário insigne, democrata de sempre e figura de cidadão exemplar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.*

Srs. Deputados, vamos guardar um minuto de silêncio em memória destes dois eminentes portugueses.

*A Câmara guardou de pé um minuto de silêncio.*

Inscriveram-se para fazer declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Lélis, Lino de Carvalho, Raúl Rêgo, Adriano Moreira, João Corregedor da Fonseca e Manoel Sérgio e, ainda, o Sr. Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Seria impensavelmente bom que fossem mais espaçadas, muito menos frequentes as vezes em que a Assembleia da República reconhece como seu dever alterar por momentos a sua agenda de trabalhos para poder invocar, com elevação c mágoa, a morte de alguém relevante do mundo português.

Hoje, os nomes trazidos, por essa razão *in memoriam*, a esta Casa são os dos Profs. Luís de Albuquerque e Barahona Fernandes.

Não nos cabe agora fazer um elogio académico, universitário ou intelectual ao professor, ao seu pensamento, aos seus ensaios, aos seus escritos. Não há lugar, hoje, aqui, para vincar a nossa sinceridade ou lamentarmos a sua perda, que queríamos que fosse sempre adiada. O tempo, afinal, é quem mais o ordena!...

Sabemos que «os deuses ferem a quem mais amam». A essa exigência da morte e da vida os Profs. Luís de Albuquerque e Barahona Fernandes pagaram hoje o seu tributo. Nós não deixaremos de continuar a descobrir a profundidade do seu trabalho e das suas obras; obras que persistem para além das suas vidas; obras que, essas sim, continuam entre nós.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A Assembleia da República não podia deixar de assinalar com profunda dor a morte destes dois vultos da vida nacional.

Os Profs. Luís de Albuquerque e Barahona Fernandes foram cidadãos eméritos deste País, grandes homens da cultura, grandes humanistas dedicados à causa da democracia, da liberdade, do progresso e da justiça social, grandes democratas, empenhados ao longo da sua vida, e em diversas frentes de combate, pelo desenvolvimento cultural e científico.

O Grupo Parlamentar do PCP expressa o seu profundo pesar, mas com a certeza de que as suas obras, o seu saber e o seu empenhamento continuarão entre nós.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rêgo.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A história, a medicina, enfim toda a cultura portuguesa está de luto!

O Prof. Luís de Albuquerque não era apenas um professor de História, tal como o Prof. Barahona Fernandes não era apenas um professor de Medicina; eram, sim, dois grandes humanistas!

O Prof. Barahona Fernandes era um homem fora de série, que em determinada altura da sua vida foi incluído na lista dos «demitidos por inconformados». Poucos saberão também que o Prof. Luís de Albuquerque foi demitido de professor do ensino particular, ascendendo depois à cátedra, a despeito de um erro de contabilidade ou de secretaria... Ambos foram grandes humanistas, homens de grande cultura, grandes especialistas!

Só falta saber se será possível haver um grande especialista que não tenha por base as Humanidades!

A cultura portuguesa está de luto!

O PS associa-se ao voto de pesar pelo falecimento destes dois grandes humanistas portugueses!

*Aplausos do PS e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

**O Sr. Adriano Moreira (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Creio que é altamente significativo e importante para nós que a notícia da perda destes dois ilustres professores da universidade portuguesa nos chegue no dia em que está agendada uma interpelação ao Governo sobre política educativa. Ambos estão presentes na nossa lembrança como paradigmas de professores cujo modelo vai escasseando, como paradigmas de defensores da autonomia e integridade da universidade, como paradigmas de professores que se devotaram completamente à sua instituição, que sabiam que ser professor não é apenas dar aulas, que sabiam que o sistema educativo não pode colocar os professores em condições de apenas darem aulas.

O exemplo deles deve, hoje, ser aqui lembrado!

Queria também ter uma palavra especial de lembrança para com o Prof. Luís de Albuquerque, com o qual estabeleci, numa instituição em que tive a felicidade de com ele colaborar, uma relação pessoal de amizade!

Em relação a este sector, o Prof. Luís de Albuquerque prestou um último grande serviço ao País e que se traduziu na publicação das *Obras Completas de D. João de Castro*, mas, infelizmente, creio que ele já não teve oportunidade de saber que se iria proceder a uma nova edição, que ele tanto desejava...!

Penso que a Câmara pratica um acto de justiça ao aprovar os dois votos de pesar pelo falecimento destes dois professores, que ficam como exemplo da dedicação à investigação, ao ensino, à universidade e ao civismo!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com mágoa que me associo aos votos de pesar ora aprovados pela Assembleia da República.

Os Srs. Profs. Luís de Albuquerque — a quem me ligavam laços de profunda amizade — e Barahona Fernandes foram dois expoentes da nossa ciência, cujo desaparecimento é excessivo para o País e para a nossa cultura e para a ciência em geral.

Foram duas individualidades ímpares no exercício das suas funções, aliando a uma actividade humanista, de investigadores, de cientistas, de homens de cultura uma formação democrática que não podemos deixar de ressaltar.

Foram dois lutadores, dois cidadãos que pugnaram pelas liberdades e pelo desenvolvimento democrático e cultural do nosso país. Por isso, Sr. Presidente, manifesto o meu profundo pesar pelo falecimento dos Profs. Luís de Albuquerque e Barahona Fernandes.

*O orador reviu.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

**O Sr. Manuel Sérgio (PSN):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há uma patologia do saber que não se vê e revê, ou seja, há uma patologia do saber quando as especialidades não se vêem e revêem num horizonte de totalidade, num horizonte de cultura.

Tanto o Prof. Luís de Albuquerque como o Prof. Barahona Fernandes eram especialistas e homens cultos e são um exemplo para todos nós.

O Partido da Solidariedade Nacional associa-se inteiramente aos votos de pesar pelo falecimento destes dois homens que, sendo grandes especialistas, eram, simultaneamente, homens de cultura.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Couto dos Santos):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como agente parlamentar que é o Governo, e embora não esteja previsto no Regimento da Assembleia da República, quero aproveitar esta oportunidade para me associar, também, ao voto de pesar pelo falecimento dos Profs. Barahona Fernandes e Luís de Albuquerque, mas de um modo muito especial deste último, com quem convivi durante quatro anos.

Pude apreciar, nesse homem, o grande matemático, o grande historiador, o grande cientista, mas, fundamentalmente, o grande humanista que foi. A mim, deu-me muitas lições, a muitos portugueses, sobretudo aos mais novos, deixou bem expresso o seu saber, o seu sentir e o seu amor a Portugal, ao ensinar, a todos, a história de Portugal.

Senti, pelo mundo, o respeito que muitos historiadores tinham pelo Prof. Luís de Albuquerque; senti, pelo País, o amor e o respeito que os democratas sentiam por esse homem que, sempre no anonimato, lutou e defendeu os valores da democracia. Por isso, quero deixar aqui bem expressa a minha associação a esse voto de pesar pelo falecimento de um homem que certamente nos marcou a todos, mas que, muito sinceramente, me marcou profundamente e que jamais esquecerei.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Antes de iniciarmos o debate, saúdo, em nome da Câmara, os jovens alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo, da Escola Primária n.º 2 de Vialonga e da Escola Secundária n.º 2 dos Olivais, que estão presentes nas galerias.

*Aplausos gerais.*

Srs. Deputados, da ordem do dia de hoje consta, como sabem, o debate da interpelação n.º 1/VI (PS) — Sobre política educativa, cuja apresentação vai ser feita pela Sr.ª Deputada Ana Maria Bettencourt, a quem concedo a palavra.

**A Sr.ª Ana Maria Bettencourt (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Há várias razões para que os Portugueses estejam preocupados com a política educativa do Governo.

Na última legislatura o PSD tentou fazer da educação uma das áreas de sucesso. Sucederam-se as medidas de mudança, mais divulgadas do que concretizadas, mais dirigidas à opinião pública do que às escolas.

Sr. Ministro, discordámos da política do seu antecessor, do modo descoordenado como conduziu a reforma e da própria concepção desta, e alertámos para o perigoso movimento de degradação do ensino público a que essa política conduziu.

Das suas intenções e concepções, Sr. Ministro, pouco conhecemos e o que conhecemos não nos tranquiliza.

O PSD apresentou-se ao eleitorado com um programa onde avultavam grandes promessas e assumiu compromis-

sos com os eleitores. V. Ex.<sup>a</sup>, ao aceitar ser ministro, tornou-se responsável por essas promessas.

O seu Governo apresentou um Programa vago, por contraponto às promessas eleitorais do PSD, o que nos deixou na expectativa. Apresentámos, então, um requerimento ao Governo sobre as orientações estratégicas em áreas educativas da maior preocupação para as famílias e para o desenvolvimento do País, mas não obtivemos resposta. Admitimos que a nova equipa do Ministério da Educação precisasse de tempo para se integrar nas suas novas funções e para estudar educação. Esperámos pacientemente, apesar de o PSD não ter qualquer razão plausível para criar situações de hesitação e instabilidade na sua política — é responsável pela pasta da educação há 12 anos e há seis que governa sozinho, tendo quatro anos de maioria absoluta. Por nós, até podíamos esperar mais, os Portugueses é que não!...

Os Portugueses estão preocupados porque a situação da educação é de extrema gravidade. Não nos podemos orgulhar da situação das crianças em Portugal. A imprensa nacional e internacional tem trazido a lume numerosas situações de violação dos seus direitos, entre as quais o trabalho infantil, a marginalidade social, os abandonos precoces da escolaridade, situações que, infelizmente, todos conhecemos bem.

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O trabalho infantil e os abandonos precoces da escolaridade, situações sem par em países da Comunidade Europeia, são indicadores suficientes de que é preciso mudar a educação.

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

**A Oradora:** — Um secretário de Estado negou, há bem pouco tempo, a existência do trabalho infantil e, há dias, um ministro do seu Governo reconheceu a existência de 15 000 crianças a trabalhar. Reconhecer não basta, Sr. Ministro!

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

**A Oradora:** — É preciso actuar, e a educação é um dos sectores determinantes para a prevenção desta vergonha da nossa sociedade.

Que medidas vai tomar? Que oportunidades vai dar a estas crianças? Que medidas vai adoptar, no seu sector, para cumprir a Convenção dos Direitos das Crianças, que o Governo ratificou recentemente?

Sr. Ministro, é também urgente que se pense naquelas crianças que vão ficando pelo caminho, em virtude da falta de condições nas escolas portuguesas, uma vez que os efeitos desses abandonos são difficilmente recuperáveis para a nossa democracia e para a qualidade de nosso desenvolvimento, podendo também ser trágicos para o futuro dessas crianças.

A Sr.<sup>a</sup> Elisa Damião (PS): — Muito bem!

**A Oradora:** — Grande parte das crianças portuguesas não tem condições para aprender e os professores não têm condições para ensinar.

O Partido Socialista denunciou aqui, várias vezes, e apresentou soluções para a catastrófica situação de grande parte das escolas do mundo rural.

Igualmente grave é a situação educativa de muitas escolas das periferias urbanas, onde não existem condições de segurança e eficácia na aprendizagem.

Do seu Governo ainda nada ouvimos sobre isto. Que ideias tem sobre este problema?

Os últimos governos habituaram-se a considerar normais situações de penúria que foram ultrapassadas há várias décadas pela maioria dos países que são nossos parceiros na Comunidade Europeia, condições que não estimulam o exercício responsável da profissão docente.

Ora, nós estamos preocupados, porque não se conhecem as orientações estratégicas para a solução dos graves problemas deste sector.

Temos ouvido as famílias portuguesas que, penalizadas por pesados encargos com a educação dos filhos e pelas dificuldades que encontram ao longo das suas histórias escolares, têm o direito a conhecer as soluções que esta equipa propõe para os problemas. São problemas de falta de lugares na educação pré-escolar; de horários; de custo dos livros e materiais escolares; de insucesso escolar; da necessidade de recurso a explicações, por falta de condições de apoio ao estudo na própria escola, como existe noutros países; de ausência de oportunidades de acesso à educação artística; de insuficiência de orientação e informação para que os estudantes possam escolher o futuro; de quase inexistência de bibliotecas escolares; de sobrelocação dos edifícios e insegurança nas escolas; são os problemas da toxicodependência e a falta de professores qualificados em muitas áreas... enfim, trata-se de problemas gravíssimos!

São muitos os problemas, Sr. Ministro, mas todos identificados há muitos anos. Por isso, é urgente conhecer as soluções que V. Ex.<sup>a</sup> propõe.

A falta de informação, o anúncio de intenções de actuação sobre delicadas zonas do sistema educativo, sem que se conheçam estudos ou fundamentação para essas actuações, o já célebre caso das propinas, actos administrativos infelizes sem o rigor que V. Ex.<sup>a</sup> diz pretender imprimir à sua acção e que revelam um grave desconhecimento do funcionamento do sistema educativo, têm suscitado inquietações.

*Aplausos da Deputada do PS Elisa Damião.*

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Os aplausos foram mal ensaiados!

O Sr. José Cesário (PSD): — Isto foi mal preparado!

**A Oradora:** — É que uma análise dos seus actos e parcias palavras deixa entender uma preocupação dominante: gastar menos dinheiro, dando a ideia de que não estudou ou não quis explicar aos Portugueses as consequências das medidas que vai deixando escapar.

Dois exemplos: falou no aumento das propinas antes mesmo de explicitar essa decisão num contexto mais alargado de revisão das condições de acesso e frequência do ensino superior, não explicando como pretende aplicar neste domínio a justiça social de que tanto fala; conseguiu instalar a incerteza nos jovens e suas famílias e a ideia de que a preocupação principal é arrecadar verbas e que a justiça social é, em primeiro lugar, fazer pagar a educação.

Sr. Ministro, encontrei muitas pessoas preocupadas, depois da sua ida à televisão, com o anunciado aumento de propinas já para o próximo ano lectivo e, sobretudo, com o que deixou escapar acerca da sua aproximação

progressiva dos custos reais. Isso será verdade? É bem mais fácil aumentar as propinas do que criar um sistema eficaz de apoios sociais!

Sr. Ministro, é importante que, nesta matéria, V. Ex.<sup>a</sup> explique as suas ideias com a mesma celeridade com que explicou o aumento das propinas. Será que assistiremos, uma vez mais, à penalização das classes médias sem um real auxílio às classes mais desfavorecidas?

O seu Ministério é responsável por um despacho que pode originar a suspensão, neste ano lectivo, das actividades de desporto escolar, pondo em causa compromissos assumidos com os jovens, as famílias e as escolas. Muitos destes projectos, que abrangiam milhares de jovens, estavam a ser desenvolvidos em zonas da periferia urbana, constituindo um factor de equilíbrio psicológico e de desenvolvimento. Alguns desses projectos eram coordenados com estruturas de prevenção da droga. Quem beneficiará com esta poupança?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Concordamos em que é necessário racionalizar recursos, mas num sistema com tremendos atrasos estruturais e carências é necessário equacionar as consequências, em termos pedagógicos e educativos, e explicá-las ao País; é necessário escolher os domínios onde racionalizar significa reduzir e os domínios onde racionalizar significa investir. Racionalizar implica investigação, estudo e debate e neste defendemos que a Assembleia da República desempenhe um papel importante e que o Conselho Nacional de Educação não pode continuar a servir, como até agora, de pretexto para a fuga ao debate parlamentar nesta área.

Como entende V. Ex.<sup>a</sup> o papel da Assembleia da República e o papel do Conselho Nacional de Educação?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Estamos aqui para interpelar o Governo, porque no sector onde mais decididamente se joga o futuro dos Portugueses e do nosso país queremos conhecer a orientação de V. Ex.<sup>a</sup>

No debate educativo sobressaem, em geral: o grupo de questões referentes à gestão da educação, à vida nas escolas e às reformas; os recursos humanos essenciais ao funcionamento do sistema educativo e à sua qualidade; e o financiamento e orçamento cuja discussão faremos nos próximos dias, nesta Assembleia.

Assim, as perguntas que hoje queremos colocar a V. Ex.<sup>a</sup> prendem-se com os dois primeiros grupos de questões e estão organizadas em 10 áreas de preocupações, que passo a enunciar.

Princípia área: que ensino básico? Que escolas?

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Apesar do esforço dos professores, não existem condições para estudar e aprender na maioria das escolas portuguesas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Que soluções vai apresentar para vencer o trágico isolamento a que grande parte das escolas do 1.º ciclo estão condenadas?

Pensamos que é essencial explicar ao País como vai o Governo resolver problemas como o apoio aos alunos, as cantinas, a adequação dos horários às necessidades das

famílias, o reequilíbrio dos ritmos escolares tão prejudiciais às crianças e a promoção da eficácia na organização da escola.

O Sr. Alberto Martins (PS): — O Governo não sabe!

A Oradora: — Que soluções para quebrar o isolamento das escolas do 1.º ciclo? Que metas para a generalização do ensino básico? Que estratégias sociais e educativas para a prevenção dos abandonos escolares?

Sr. Ministro, como vão ser cumpridas as promessas eleitorais do PSD?

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Quatro meses depois é uma coisa muito significativa!

A Oradora: — Segunda área: que metas assume o Governo para o alargamento e melhoria da qualidade do ensino secundário e da formação profissional, sectores da maior relevância para a modernização do País? O Governo vai cumprir a promessa eleitoral do PSD de elevar para 12 anos a escolaridade obrigatória? Vão as escolas receber, atempadamente, instruções sobre a reforma e os alunos informações sobre as opções oferecidas pelos novos currículos? Qual o papel dos agentes sociais e económicos na definição das redes? Quando pensa o Governo possibilitar aos jovens um acesso generalizado à orientação escolar e profissional? Que metas para a formação profissional e que estratégias para o seu desenvolvimento? Que oportunidades para as crianças e para os jovens portugueses?

Estamos preocupados porque não existem condições para os Portugueses poderem competir numa Europa de livre circulação. Por isso, Sr. Ministro, é urgente que se assumam metas bem claras, em termos de níveis educativos a atingir pelos Portugueses, se não queremos ser nós a fornecer mão-de-obra barata numa Europa onde a competição com a imigração dos países do Leste Europeu não nos é favorável.

Terceira área: que qualidade queremos para a nossa educação?

Preocupa-nos a qualidade geral da nossa educação!

Segundo uma publicação recente do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, serviço responsável, em Portugal, os resultados dos testes de uma bateria internacional passados em vários países sobre as capacidades das crianças do ensino básico em matemática, ciência e domínio da língua,...

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Muito bem!

A Oradora: — ... ainda não divulgados, dão, ao que parece, valores muito maus para Portugal!

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — O Sr. Ministro não está preocupado com isso!

A Oradora: — Ficamos atrás de grande número de países, nomeadamente, atrás de quase todos os países desenvolvidos.

A qualidade da nossa educação deve ser uma aposta para Portugal e não o tem sido.

Sei que não é frequente debaterem-se nesta Câmara conteúdos e métodos de ensino, mas, no entanto, o elenco das disciplinas de um currículo e os seus conteúdos e métodos são aspectos relevantes da política de um país, determinantes para a sua cultura e capacidade de inovação

e desenvolvimento. Permitam-me, por isso, que traga aqui uma reflexão sobre algumas das situações que preocupam o País e a comunidade educativa e que interessam ao desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados: A qualidade da educação está intimamente ligada à inovação, à experimentação e à construção do futuro e por isso não podemos permitir que as crianças e os jovens portugueses não tenham condições para desenvolver a sua criatividade e as suas potencialidades científicas, artísticas e culturais.

Sr. Ministro, as nossas escolas são tristes e antiquadas! Enquanto ao lado se desenvolve esse poderoso rival constituído pelos meios de comunicação social, informação e meios fabulosos, a escola tem de ter a capacidade para tratá-los como recursos educativos em vez de considerá-los como perturbadores e inimigos.

Os desafios culturais da nossa era exigem uma profunda transformação da vida escolar. Nas nossas escolas há inovações muito interessantes em curso e que se devem à iniciativa e imaginação dos professores, mas faltam os meios e as condições de estudo e investigação desses processos.

Vai apoiar, vai dar esses meios?

As reformas e os governantes têm de ter em conta esse trabalho e aprender com ele.

Quarta área: preocupa-nos a falta de liberdade dos alunos ao não ter sido respeitada quando se criou, para todos os níveis de ensino, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social em alternativa obrigatória à disciplina de Religião e Moral.

Vai o Governo manter esta disciplina, Sr. Ministro? Que professores vão ser responsáveis pela sua orientação? Os alunos vão ter de aprender Moral na escola, obrigatoriamente?

Quinta área: a situação do ensino da Matemática é das mais graves. Muitos jovens comprometem o seu futuro por, na sequência das dificuldades da disciplina de Matemática, fazerem opções menos adequadas às suas capacidades.

Que estratégias pensa o Governo adoptar para captar docentes qualificados e melhorar a qualidade do ensino da Matemática?

As nossas preocupações vão também para o ensino das línguas, matéria muito importante no âmbito da livre circulação no mercado europeu. O Governo tomou a decisão de passar a segunda língua do 3.º ciclo do ensino básico a opção.

Vai o Governo manter esta medida? É que a possibilidade de livre circulação depende do domínio das línguas e esta decisão vai contra as normas e recomendações dos países da Comunidade Europeia.

Sétima área: que metas para o ensino superior? Isto porque em matéria de ensino superior a qualidade e o acesso são igualmente preocupações dominantes do Partido Socialista.

V. Ex.<sup>a</sup> já prestou alguns esclarecimentos sobre o financiamento deste nível de ensino e, por isso, não lhe pedimos que o faça agora. Gostaríamos, no entanto, de perguntar-lhe se o Governo vai defender o prestígio do ensino superior público e privado, evitando a proliferação de escolas e cursos sem qualidade, e como.

Em matéria de ensino superior, não se comprehende, Sr. Ministro, que se mantenha a PGA (prova geral de acesso) sem qualquer argumento válido. V. Ex.<sup>a</sup> tem dito que vai mantê-la enquanto não existir a disciplina de Português no 12.º ano, com o que está, por um lado, a

reduzir a PGA a conhecimentos de Português e, por outro, a reconhecer que prefere a solução de ser a escola a ensinar.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Não percebo por que é que o Sr. Ministro sortiu tanto.

A Oradora: — Nós também preferimos essa solução e, por isso, apresentámos hoje, na Mesa, um projecto no sentido da supressão da PGA.

Sr. Ministro, porque não substitui a referida prova por aprendizagens realizadas na escola? Ou entende V. Ex.<sup>a</sup> que quem não pode ensinar pergunta?

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Entende V. Ex.<sup>a</sup> que os exames servem para avaliar aquilo que não se ensina? Que sentido tem esta absurda prova, Sr. Ministro?

Aplausos do PS.

Oitava área: o Partido Socialista também está preocupado, como V. Ex.<sup>a</sup>, com a justiça social, mas gostávamos que se explicasse melhor e, sobretudo, como vai desenvolver a educação pré-escolar e de segunda oportunidade, essenciais à questão da justiça social.

Nona área: preocupa-nos a situação dos professores, o descontentamento que atinge a profissão docente em Portugal e que poderá pôr em causa a eficácia de qualquer reforma educativa. Este descontentamento exige que se clarifiquem quatro factores essenciais: estatutos, formação, salários e relação com o emprego e condições de trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> Elisa Damião (PS) — Muito bem!

A Oradora: — Refiro, em especial, o problema da formação profissional inicial e contínua dos professores. A profissão docente é daquelas que sofreu maior evolução nos últimos anos. Ser professor é saber transmitir conhecimentos, mas é igualmente organizar as aprendizagens e o apoio aos alunos, informá-los e orientá-los.

Formar professores para os ensinos básico e secundário é prepará-los para exercerem essas diferentes funções. Na sua maioria, os professores portugueses são bons, mas são eles próprios a exigir uma formação que lhes permita assumir a diversidade de funções que lhes é pedida, quando colocados face a uma reforma e interessados na sua aplicação.

Sr. Ministro, ao considerar como insulto que se diga, aqui, nesta Assembleia, que os professores necessitam de formação, V. Ex.<sup>a</sup> está enganado. Desde o início da década de 70 que se estuda e planeia em Portugal a formação de professores; uns anos depois foi criada a rede das escolas superiores de educação, com o apoio do Banco Mundial, e na qual se investiram milhões de contos. A falta de elementos de avaliação da formação de professores e a indefinição de competências na sua gestão, bem como a falta de vontade política, impediram a sistematização e racionalização de recursos. Por isso, e apesar dos numerosos projectos e estudos, Portugal não tem uma rede de formação contínua de professores.

Sr. Ministro, não podemos regredir 30 anos, quando as ciências da educação eram proibidas em Portugal e não tinham dado importantes passos em matéria de qualidade educativa. É um absurdo planear uma reforma sem formação de professores.

Como explicar que profissionais de quem depende de forma decisiva o futuro do País tenham menos acesso à formação do que os sargentos e oficiais das Forças Armadas? Que políticas vai V. Ex.<sup>a</sup> desenvolver para a formação inicial e contínua de professores?

Sr. Ministro, é necessário rever também os salários dos professores!

Décima área: a implementação da reforma, facto que nos preocupa.

Sr. Ministro, o seu antecessor deixou-nos ideias soltas e poucos projectos implementados. O silêncio de V. Ex.<sup>a</sup> pode dar a impressão de que quer levar a cabo uma reforma sem ideias.

Como vai desenvolver a reforma curricular? Como entende o seu contributo para a qualidade e modernização do ensino?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: A educação tem sido, para o Partido Social-Democrata e para os seus governos, o sector das reformas adiadas...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não apoiado! Tem andado distraída, não tem estado em Portugal.

A Oradora: — ... por falta de empenhamento político e por uma insuficiente clarificação estratégica e incapacidade de gestão do sector.

Para o PS, a educação é uma prioridade!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Como partido da oposição, quisemos, nos momentos importantes, levantar estas questões essenciais.

*Aplausos do PSD, do PCP e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.*

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (Diamantino Durão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Estudantes, minhas Senhoras e meus Senhores: Ao intervir pela primeira vez no Plenário da Assembleia da República, permitam-me, Srs. Deputados, que os felicite como legítimos representantes do povo português e que mostre, desde já, o meu sincero desejo de em conjunto trabalharmos para o bem de Portugal, particularmente no âmbito da educação.

*Aplausos do PSD.*

*Risos do PS.*

Portugal precisa, para a sua evolução e progresso, de recursos humanos cada vez mais qualificados, sendo nesta perspectiva que nos posicionamos.

VV. Ex.<sup>a</sup> já tiveram acesso à proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992 e viram bem a grande prioridade que o Governo concede à área da educação. A verba não deixa margem para dúvidas.

*Aplausos do PSD.*

Dando ênfase ao Programa do Governo, pautar-nos-emos sempre por critérios de qualidade, modernização e inovação. Eficácia na utilização dos recursos, rigor orçamental e justiça social são também factores que sempre nos acompanharão. Utilizaremos estes critérios e factores a todos os níveis de ensino, daí resultando a nossa

perspectiva de desenvolvimento integrado de todo o sistema educativo.

Daremos igual atenção e actuaremos com igual interesse tanto na melhoria das escolas de ensino pré-escolar, de ensino básico, de ensino secundário, de ensino tecnológico, de ensino universitário e de ensino politécnico, não esquecendo também o ensino dos deficientes.

Queremos uma escola humana e justa, com um ambiente dignificado e moderno. Não nos podemos esquecer do quanto marcam a vida de cada um a sua escola e os seus professores.

Na escola, queremos os professores a desenvolver as suas actividades pedagógicas e científicas, a ensinar os novos programas curriculares, a promover iniciativas extracurriculares e a captar a sociedade envolvente, com um elevado sentido de realização profissional e pessoal.

Na escola, queremos os estudantes a aprender matérias vivas e modernas, com períodos de aulas equilibrados, capazes de se envolverem em actividades extracurriculares, com um elevado índice de sucesso e satisfação.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A escola, queremo-la dignificada, bem gerida, limpa, com segurança, com recreios, cantinas e bibliotecas, enfim, um lugar aprazível de estar, de aprender e de ensinar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que particularize alguns outros aspectos importantes da nossa política educativa.

Como previsto no Programa do Governo, para os ensinos básico e secundário propomo-nos alargar as oportunidades de estudo para os jovens, garantindo uma efectiva escolaridade obrigatória de nove anos e promovendo as igualdades de oportunidades de acesso e de sucesso escolar, nomeadamente através do reforço da acção social escolar.

Cabe a este Governo proceder à implementação decisiva da reforma educativa, já planeada. Trata-se de um forte desafio e não nos pouparemos a esforços para que os estudantes tenham rapidamente acesso às novas disciplinas, de modo a receberem as matérias dos novos *curricula*.

Assim, relativamente às novas matérias e disciplinas, aqui anuncio que, no próximo ano lectivo de 1992-1993, os novos *curricula*, que estão presentemente a ser testados e sujeitos a observação, serão generalizados a todos os alunos e escolas nos 2.<sup>º</sup>, 5.<sup>º</sup>, 7.<sup>º</sup> e 10.<sup>º</sup> anos de escolaridade. Paralelamente e nas 27 escolas do regime experimental continuarão a experimentação e a consolidação dos *curricula* restantes.

Como é óbvio, as experiências que estão a ser realizadas e analisadas servirão para os reajustes que se venham a considerar necessários.

Com esta rápida, mas também planeada, metodologia de implementação anual, todo o sistema de ensinos básico e secundário ficará completamente renovado no ano lectivo de 1994-1995. A tarefa é grande, todavia não nos pouparemos a esforços para o seu sucesso.

Contamos obviamente com os professores! Pretendemos que os professores que, por razões múltiplas, estejam, presentemente, longe dos seus locais de ensino voltem às suas escolas. Na sua grande maioria são professores do quadro e profissionalizados, que, com a sua experiência mais recente, aliada aos conhecimentos que já possuíam,

serão também, certamente, agentes para alterações positivas nas escolas. A escola precisa da sua presença para se dignificar e modernizar.

Aos professores que, por vontade própria, escolham permanecer afastados das escolas daremos a possibilidade de escolherem a sua integração na carreira administrativa ou técnica. Proporcionaremos, assim, uma muito maior transparência na relação entre pessoas que trabalham lado a lado.

Queremos promover a estabilidade na escola, queremos promover a estabilidade para a mudança.

A regulamentação do Estatuto da Carreira Docente constituirá mais um desafio que pretendemos resolver em 1992.

Nas tarefas que nos propomos realizar contamos com a colaboração de todos, pois só com a conjugação de esforços realizaremos uma obra importante para os nossos filhos e para Portugal.

A evolução que se tem verificado nas áreas tecnológicas é um factor determinante para o progresso dos países. Daí que a política de educação tecnológica, profissional e artística que implementaremos venha a ser o fermento para uma melhor e maior capacidade de adaptação e aceitação das novas gerações aos desafios provenientes da evolução tecnológica. As novas gerações serão os futuros agentes para a mudança e modernização do nosso país. Serão jovens qualificados e em número cada vez mais significativo que intervirão em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Faremos um grande esforço financeiro em apetrechamentos e formação de recursos humanos para a expansão que se verificará nas áreas mais ligadas às tecnologias, que progressivamente se difundirão, cada vez mais, por todas as escolas e pelos diferentes níveis de ensino.

Os estudantes e a juventude portuguesa passarão a possuir bases de conhecimento importantes em áreas tecnológicas que servirão de motor para o nosso desenvolvimento.

Para a valorização acrescentada dos recursos humanos será reforçado o papel dos ensinos superiores politécnico e universitário; será também incentivada a formação pós-graduada com mestrados e doutoramentos nas diversas áreas científicas, tecnológicas, culturais e artísticas, indisociando o ensino superior da investigação.

À luz do interesse nacional, com dignidade e rigor científico, e garantindo a autonomia das instituições universitárias e politécnicas, incentivaremos também mudanças conducentes a cursos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento com duração mais consentânea com o que se verifica nos restantes países da Comunidade Europeia. Os índices de insucesso escolar são elevados, o mesmo acontecendo com o número de aulas presenciais por semana. Há, assim, que estabelecer medidas para a sua redução.

Estimular-se-á a qualidade no ensino superior público e privado.

Promoveremos o aumento da oferta de vagas no ensino superior público, tendo em conta as necessidades efectivas do País.

Exercitar-se-ão regras de financiamento e de avaliação das instituições, e incentivar-se-á a participação dos estabelecimentos do ensino superior público em programas internacionais no âmbito da educação, da ciência e da tecnologia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como o Sr. Primeiro-Ministro já disse, a justiça social na educação é um as-

pecto importante a considerar por este Governo. A igualdade de oportunidades é, para nós, um vector a que damos capital importância, é um factor de equilíbrio, mas não só no acesso à educação, porque acaba também por ter repercussões em toda a sociedade portuguesa.

Assim, multiplicaremos os instrumentos financeiros de apoio aos estudantes, nomeadamente através do aumento do número de bolsas de estudo e da actualização do seu montante para os alunos mais carenteiados.

Relativamente à rede de residências para estudantes e a cantinas nos ensinos básico e secundário, a cargo do Instituto dos Assuntos Sociais da Educação, promoveremos a sua ampliação e a contínua melhoria dos serviços prestados.

Em relação à actualização das propinas no ensino superior, não podemos admitir a continuação da situação presentemente vivida e que é de extrema injustiça. Há 50 anos que as propinas não são actualizadas, sendo, ainda hoje, o seu valor anual de 1200\$, isto é, 100\$ por mês.

Na realidade, o custo do aluno no ensino superior é bem diferente: cerca de 510 contos em média por aluno por ano — e alguns cursos este valor ultrapassa os 1500 contos. A diferença entre o valor real e o valor da propina é paga através dos impostos de todos os portugueses contribuintes, tenham ou não filhos, tenham ou não filhos no ensino superior.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.ª Ana Maria Bettencourt (PS): — O Sr. Ministro não entendeu nada!

O Sr. João Corregeor da Fonseca (Indep.): — Ah, grande Churchill!...

O Orador: — Poder-se-á dizer que nunca tantos pagaram para tão poucos. Não podemos manter a situação presente, onde o aluno com dificuldades económicas paga o mesmo que o aluno sem essas dificuldades.

Somos a favor de uma política de verdade, de aproximação ao custo real do ensino, com actualização progressiva das propinas acompanhada da atribuição de bolsas de montantes variados, consoante as possibilidades dos estudantes e das suas famílias.

Alargamos o acesso, aumentamos o sucesso e criamos justiça.

A situação que advogamos e que queremos ver já implementada no próximo ano lectivo de 1992-1993 permitirá ao estudante do ensino superior público um posicionamento muito mais claro e objectivo, perante os professores, a instituição e o País.

Nesse sentido, deverá ser aprovada uma lei de bases de acção escolar no ensino superior, contemplando matérias inovadoras na gestão das actuais estruturas de apoio social.

O combate ao insucesso escolar será uma prioridade. Há que reduzir as ainda elevadas taxas de retenção seja nos ensinos básico, secundário ou superior. É conhecido o impacte positivo do Programa PIPSE no 1.º ciclo do ensino básico, que fez baixar percentagens de abandonos e de reprovações. Vamos iniciar o Programa de Educação para Todos (PEPT), programa mais abrangente e ambicioso, que pretende mobilizar globalmente a sociedade para o valor da escolaridade obrigatória de nove anos, o custo da falta de escolaridade e o erro resultante do abandono escolar precoce.

Não necessito de vos lembrar o impacte negativo que uma repreação tem na formação dos jovens... Além do mais, porque será um jovem que faltará no mercado de trabalho, necessitado de jovens, e que tantas perspectivas positivas tem para lhe oferecer.

Lançamos daqui um repto: vamos criar sucesso para os jovens.

Temos que apostar numa educação de qualidade para todos, como a melhor forma de garantir melhores empregos e melhores índices de produtividade e maior realização individual. Queremos contribuir para um Portugal melhor, com níveis de qualidade de vida cada vez mais elevados.

Como consta do Programa do Governo, no plano da administração e gestão do sistema educativo daremos prioridade à modernização, à eficiência e à optimização dos recursos.

Vamos impulsionar a utilização de equipamento moderno, nomeadamente ao nível da informática, havendo a correspondente formação dos utilizadores. Esta iniciativa será não só para as administrações central e regional mas será também rapidamente estendida às próprias escolas.

Pretendemos em três anos apetrechar em equipamento informático e *software*, salvaguardando a respectiva formação, todas as escolas dos ensinos básico e secundário, bem como estabelecer uma estrutura que englobe as escolas do 1.º ciclo.

Pugnar-se-á pelo binómio autonomia-responsabilidade em todos os estabelecimentos do ensino superior e será proposta uma lei sobre o financiamento do ensino superior que se prevê conduza à realização de contratos-programa.

Rigor administrativo e financeiro será uma atitude e uma preocupação constante de modo a clíminar gastos evitáveis.

VV. Ex.ºs conhecem já, repito, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992, que mostra bem a grande prioridade que o Governo atribui à área da educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O aumento do orçamento do Ministério da Educação para 1992 reflecte claramente, quer no âmbito do plano de investimentos (PIDDAC) quer no que se refere à componente da gestão flexível, a prioridade que o Governo continua a dedicar à educação nas áreas a que atribuímos maior relevância no Orçamento do Estado para 1992 e das quais são de referir as seguintes: expansão e modernização do parque e equipamentos escolares nos sectores dos ensinos básico e secundário; apetrechamento de escolas com novos meios informáticos e laboratoriais; melhoria significativa do património bibliográfico das nossas escolas; aumento dos recursos para apoio à valorização profissional dos professores; expansão da oferta de ensino técnico-profissional; novos projectos, quer para formação quer para apetrechamento; aumento muito significativo dos investimentos no sector do ensino superior; e novos projectos de recuperação e manutenção de instalações.

Finalmente, e no que concerne aos investimentos para a área da acção social escolar, quis o Ministério da Educação indicar no Orçamento do Estado para 1992, de modo claro e bem inequívoco, a prioridade que lhe atribui, sendo de salientar a duplicação dos investimentos neste sector relativamente ao ano passado, demonstrando claramente a vontade firme do Governo em promover maior justiça social.

*Aplausos do PSD.*

Ainda no campo orçamental, gostaria de dizer-me um pouco mais sobre o financiamento do ensino superior público. Aqui, estamos já a trabalhar, com universidades e institutos politécnicos, na elaboração de contratos-programa que se constituirão — estamos certos! — em instrumentos estratégicos para o seu desenvolvimento e consequentemente para o desenvolvimento nacional.

Estes contratos-programa representam uma nova e salutar forma de relacionamento entre o Governo e os estabelecimentos do ensino superior público, o que, potenciando a sua autonomia, procurará responsabilizar não apenas quem tutela mas também quem é tutelado.

O Programa para o Desenvolvimento Educativo de Portugal (PRODEP) foi apresentado pelo Governo Português e aprovado pela Comunidade Europeia. Estrutura-se em subprogramas e medidas destinados a possibilitar a generalização da educação, a modernizar as infraestruturas educativas e a melhorar a qualidade do sistema educativo.

Os subprogramas e medidas do PRODEP têm contado com uma excepcional resposta por parte de todos os intervenientes no processo, possibilitando um nível de execução de projectos co-financiados pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) que têm sido positivamente apreciados pela Comunidade Europeia.

Também em relação às medidas co-financiadas pelo Fundo Social Europeu, o nível de execução atingido ultrapassa 90 %, com as acções de formação a nível do ensino profissional, educação de adultos e ensino superior.

Em 1992, veremos concluídos muitos dos projectos que agora se executam e que terão um impacte significativo já no novo ano escolar, a iniciar em Setembro próximo.

A conclusão destes projectos representará para o Governo o cumprimento de promessas feitas e para os que deles vão beneficiar a satisfação de expectativas há muito esperadas.

No campo da educação física e do desporto escolar, foram aprovados novos programas para os ensinos básico e secundário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A língua portuguesa — terceira língua europeia mais falada no mundo —, além de constituir um elemento aglutinador da identidade nacional, reveste-se, igualmente, de um papel primordial no estreitamento dos laços existentes entre a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo e entre os países de língua oficial portuguesa.

Neste contexto, insere-se a recente aprovação, em Conselho de Ministros, do diploma que cria o Instituto Camões, através do qual se visa reunir um vasto leque de funções até hoje dispersas por várias estruturas e departamentos ministeriais. Esse Instituto constitui uma resposta cabal, integrada e moderna aos imperativos de defesa e valorização da língua e da cultura portuguesas.

O Ministério da Educação tutela o Instituto Camões em estreita colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria de Estado da Cultura.

A forte aposta na descentralização de funções e actividades, através do projecto de criação de institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro, dotados de ampla autonomia constitui uma das principais inovações do novo modelo institucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo a educação uma área que interfere e influencia a vida de todos os portugueses, queremos, para terminar, garantir que o Ministério da Educação será gerido de uma forma dialogante e equilibrada, sempre com critérios de justiça e racionalidade;

o sistema educativo será desenvolvido integradamente com dinamismo e ponderação, com a contribuição dos alunos e das suas associações de estudantes, dos professores e das suas associações profissionais, das famílias e das associações de pais, das instituições e dos seus legítimos representantes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Ministério da Educação caminhará depressa, com qualidade e segurança, desenvolvendo os recursos humanos capazes de ajudar a conduzir Portugal, ao lugar de prestígio entre os seus pares da Comunidade Europeia.

*Aplausos do PSD.*

**Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, inscreveram-se os Srs. Deputados Carlos Coelho, José Cesário, João Granja e António Filipe.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, devo dizer-lhe que estive quase a ceder à tentação de comparar a sua intervenção inicial com aquela que o Sr. Deputado António Barreto fez aqui em interpelação semelhante. Mas não vou fazê-lo, não só porque poderia parecer uma descortesia como, de facto, porque reconheço que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está com uma grande insegurança — e algum nervosismo —, que, aliás, tivemos ocasião de contemplar desta bancada.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, há um problema essencial nesta interpelação: o que é esta interpelação do Partido Socialista? O que é uma interpelação nesta Câmara?

A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou de história, falou de vários anos, de vários ministros, só que nesta Casa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não se interpela a história mas, sim, o Governo!

O Programa do Governo foi viabilizado nesta Câmara ainda há pouco. E uma interpelação é um instrumento através do qual os Srs. Deputados da oposição e da maioria pretendem avaliar se o Governo está ou não a cumprir a sua missão, mas não em função, naturalmente, daquilo que cada um de nós pensa — a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tem legitimidade para vir aqui pedir ao Sr. Ministro para executar o seu programa e projectar na decisão do Executivo aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> considera que é melhor para o País...!

A responsabilidade política da Assembleia da República, em momento de interpelação, é saber se o Governo está a cumprir ou não aquilo a que se obrigou: primeiro, a que se obrigou no momento em que o submeteu ao eleitorado, nas eleições legislativas, e, no momento seguinte, em que se apresentou à Assembleia da República com o Programa do Governo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, depois de dois meses de trabalho, qual é o sentido político desta iniciativa do PS ao vir aqui avaliar a actividade do Governo? A legislatura tem ou não quatro anos? Longe vão os tempos em que os governos acabavam passados seis meses e em que talvez fizesse sentido esse pedir de contas antecipado...!

Sr.<sup>a</sup> Deputada, esclareça-nos sobre qual é o sentido político desta interpelação do Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Devo confessar, no entanto, que esta não é a nossa maior perplexidade. Existe uma maior ainda: é o problema da coerência, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Compreendemos que o Partido Socialista tenha outro protagonista em matéria de educação, mas, das duas uma, ou o PS mudou o discurso — e então a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai ter de nos explicar porquê — ou, então, há uma incoerência flagrante no Partido Socialista. Para já, cito-lhe só uma questão: a questão magna do financiamento do ensino superior e do sistema educativo.

Do alto daquela tribuna, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt pronunciou-se contra o aumento das propinas — fez, aliás, alguma chalaça, dizendo que o Governo quer é cobrar..., quer é cobrar!...

Sr.<sup>a</sup> Deputada recordo-lhe ainda que há menos de dois anos — há exactamente um ano e meio —, nesta Câmara, o Sr. Deputado António Barreto, em nome da bancada socialista, desafiava o Governo do PSD a aumentar as propinas. Dizia que o Governo não tinha a coragem para resolver o problema do financiamento e aumentar as propinas do ensino superior!...

*Aplausos do PSD.*

**Vozes do PSD:** — Ela estava lá fora!

**O Orador:** — Isso consta do *Diário da Assembleia da República*, Srs. Deputados. Convém saber o que é que o PS disse não há 10 nem há 8 anos mas, sim, há um ano e meio, Srs. Deputados do Partido Socialista!

Finalmente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu-se ao ensino superior anuncianto a apresentação de um projecto de lei. Sr.<sup>a</sup> Deputada, reservar-nos-emos, naturalmente, para o debate desse projecto de lei que promete ser interessante.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada facilmente se fixou na PGA — aliás, a PGA parece que é uma espécie de bichinho de má consciência dos socialistas. Sr.<sup>a</sup> Deputada, explique-me como é que, extinguindo a PGA ou qualquer prova similar, resolve o problema da justiça no acesso ao ensino superior. Como é que resolve o problema da desigualdade dos critérios de avaliação em cada escola do ensino secundário? Como é que resolve o problema das provas específicas das universidades, fazendo, na maior parte dos casos, apelo a conhecimentos que não foram transmitidos no ensino secundário?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é também importante que o Partido Socialista esclareça o que é que pretende em relação ao sistema de ingresso no ensino superior. Concorda, por exemplo, com o projecto de lei que o Partido Socialista apresentou sobre essa matéria na legislatura anterior? Era importante que o esclarecesse.

*O orador reviu.*

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como há mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos, pergunto-lhe se deseja responder já ou no fim.

**O Sr. Ana Maria Bettencourt (PS):** — Respondo no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, devo dizer-lhe que vim para este debate com uma grande expectativa: estava convencido de que, finalmente, o PS ia aprovar esta interpelação ao Sr. Ministro da Educação para apresentar publicamente o seu grande projecto alternativo à política de reforma educativa que o Governo encetou a partir de 1987. Mas, afinal, isso não aconteceu: o Partido Socialista veio aqui, pela voz da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, apresentar apenas mais um conjunto de questões, aliás no velho estilo que marcou a sua passagem pelo lugar de porta-voz do Partido Socialista para a área da educação.

A única proposta concreta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui apresentou foi a eliminação da PGA. A alternativa do Partido Socialista em matéria de educação é esta: apenas a eliminação da PGA!...

Sr.<sup>a</sup> Deputada, «a montanha pariu um rato»!

**O Sr. João Corregeror da Fonseca (Indep.):** — Grande frase!... É mesmo do sector da educação!...

**O Orador:** — Nada mais do que isto!... E vem a Sr.<sup>a</sup> Deputada dizer que a reforma não se fez sentir!... A Sr.<sup>a</sup> Deputada conseguiu limitar a sua intervenção pública apenas e tão-só aos temas fundamentais que marcaram a reforma do ensino ao longo dos últimos anos.

A reforma educativa condicionou o vosso discurso. E a prova de que ela está bem viva reside no facto de até os senhores, como principal partido da oposição, apenas conseguirem limitar o vosso discurso às grandes questões dessa mesma reforma.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em todo o caso, quero fazer-lhe algumas perguntas concretas.

V. Ex.<sup>a</sup> criticou aqui o facto de o Governo ter feito um compasso de espera relativamente à política de desporto escolar. Pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se está completamente de acordo com a política de desporto escolar gizada pelo anterior Governo. V. Ex.<sup>a</sup> não admite que é, porventura, altura de parar para repensar bem a execução dessa mesma política, para saber se há um ou outro aspecto suscetível de ser alterado?

V. Ex.<sup>a</sup> manifestou clara discordância com o facto de o Governo estar preocupado, na sua gestão, com uma questão fundamental: a do rigor orçamental. Não pensa que um governo honesto e sério tem de estar preocupado, em todas as áreas, com uma política de rigor orçamental?

Gostaria também de saber se pensa que a escola de hoje é igual à escola de há três ou quatro anos atrás. V. Ex.<sup>a</sup> não reconhece que houve alterações profundas, que hoje temos uma escola diferente, mais virada para a comunidade, onde os professores são capazes de se relacionar mais directamente com essa mesma comunidade? V. Ex.<sup>a</sup> não viu o desenvolvimento que tiveram o ensino superior politécnico e as escolas profissionais? Pensa que hoje em dia a carreira dos professores é igual à carreira de há um ano atrás?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou terminar dizendo-lhe que nós, Partido Social-Democrata, estamos sinceramente preocupados convosco, Partido Socialista, pela incapacita-

dade que estão a demonstrar para fazer aqui uma oposição séria, clara e profunda.

Nós, pela nossa parte, seremos exigentes com o Governo, em nome das pessoas que nos escutam nas galerias e das que estão lá fora. Esperemos que os senhores sejam capazes de acompanhar-nos neste esforço, em prol da educação, em prol do nosso país.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Granja.

**O Sr. João Granja (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, como anunciou que o Partido Socialista irá propor a eliminação da PGA, também eu desejo questioná-la sobre essa matéria.

O regime de ingresso no ensino superior em vigor veio concretizar, como se sabe, uma mudança há muito e por muitos reclamada.

É claro que não se trata de um sistema perfeito — aliás, nesta matéria julgamos não ser possível falar-se de um sistema perfeito —, mas para este novo regime convergiram numerosas contribuições escritas e pareceres especializados. Ao longo dos anos tem vindo a ser avaliado e tem registado correcções muito significativas em relação aos aspectos considerados inadequados.

Refiram-se, a este propósito, as alterações introduzidas na PGA em 1991 e o recente anúncio, por parte do presidente do júri da prova, do aumento do peso das questões fechadas na PGA, o que não podemos, naturalmente, deixar de saudar.

O sistema em si — e todo o seu conjunto de medidas complementares — vai ainda no sentido da progressiva concretização do modelo básico definido pela Lei de Bases do Sistema Educativo, com respeito pelos princípios fundamentais da Lei da Autonomia das Universidades e da Lei do Ensino Superior Politécnico.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, assiste-se hoje a uma responsabilização efectiva das escolas superiores ao interferirem, sem poderes totais ou discricionários, na escolha dos seus alunos.

Mantém-se um peso significativo das classificações obtidas no ensino secundário e merece aplauso geral o afastamento dos famigerados exames de aferição ou qualquer outro seu sucedâneo, fonte, na maior parte dos casos, de grandes injustiças e significativas perversidades.

A PGA consagrou-se, ainda, como factor, não eliminatório, de seleção dos candidatos, em função dos parâmetros consagrados na lei, tais como: desenvolvimento intelectual, domínio da língua portuguesa e maturidade cultural.

Em suma, a PGA, em relação ao sistema no seu todo e este no contexto da reforma global do sistema educativo cumpre, e tem cumprido, um papel positivo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sabe, porventura, a Sr.<sup>a</sup> Deputada que, com o novo sistema, mais de 80 % dos alunos entraram para o ensino superior nas suas duas primeiras opções?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sabe a Sr.<sup>a</sup> Deputada que, no anterior regime, todos estes alunos seriam atirados, na sua maioria,

para cursos não coincidentes com as suas primeiras opções vocacionais?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, importa ainda deixar claro que o sistema de ensino tem vindo a crescer e, ao contrário do que muitos afirmam, não exclusivamente à custa do ensino superior privado. Senão, vejamos os acréscimos de vagas do ensino superior público, em termos percentuais: em 1987, mais de 16%; em 1988, mais de 18%; em 1989, mais de 22%; em 1990, mais de 27%; em 1991, mais de 29%.

O Sr. António Filipe (PCP): — Isso não é verdade!...

O Orador: — Estes valores são ainda acompanhados do surgimento de novos cursos —quatro ou cinco, por ano—, o que revela um forte crescimento adicional do sistema. Pergunto: acha a Sr.<sup>a</sup> Deputada que o Partido Socialista, com o projecto que hoje aqui anunciou e sem demagogia, consegue melhor?

Os vosso antecedentes em projectos desta natureza justificam a nossa apreensão! Provem-nos o contrário.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, peço-lhe um breve esclarecimento, na sequência do anúncio que acabou de fazer segundo o qual o Partido Socialista apresentou um projecto de lei visando a extinção da prova geral de acesso ao ensino superior. Embora não conhecendo o projecto, quero congratular-me com esse facto.

Como disse, não li o projecto, mas o anúncio que fez é, só por si, motivo de congratulação, na medida em que isso significa que o Partido Socialista decidiu juntar-se a nós activamente para que, na Assembleia da República, possamos, através de um agendamento conjunto do projecto de lei agora anunciado por V. Ex.<sup>a</sup> e do que já foi apresentado pelo PCP no início desta legislatura, realizar uma discussão aprofundada e construtiva tanto sobre o regime de acesso ao ensino superior como sobre a extinção da prova geral de acesso a esse ensino, para a qual cresce o consenso na sociedade portuguesa.

Formulo, no entanto, dois votos: primeiro, o de que, quanto ao *nexus clausus*, o Partido Socialista abandone as posições que há uns anos defendeu; segundo, o de que este projecto de lei seja melhor, mais completo e mais construtivo do que o projecto de lei aqui apresentado pelo Partido Socialista na última legislatura, que era extremamente limitativo e redutor quanto à questão do acesso ao ensino superior.

Formulando estes dois votos, congratulo-me pela apresentação desse projecto.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os Srs. Deputados as perguntas que me fizeram e que me irão permitir esclarecer algumas das questões que aqui abordei.

Sr. Deputado Carlos Coelho, acho que não ouviu nada do que eu disse e que só comportou um pouco como um autista. Confesso que gostei do seu ar de professor a dizer-

-me que sou muito insegura. Ó Sr. Deputado, eu já ando nestas coisas há muito mais tempo que os senhores!...

O Sr. Luís Geraldes (PSD): — Não se nota!...

A Oradora: — Posso não estar nesta Casa há muito tempo, mas insegurança não tenho, Sr. Deputado. Adorei o seu ar de professor!...

Srs. Deputados, falemos a sério! Foram muitas as razões que nos levaram a fazer esta interpelação ao Governo sobre política educativa. É que o vosso programa é, de facto, muito vago. É pena que este Governo e os Srs. Deputados não andem pelo País. Falem com os professores!... Falem com os autarcas, com as crianças e com os alunos! Verão então a instabilidade que os senhores andam a criar por não se saber nada ou por avançarem com medidas infelizes.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada é que é autista!...

A Oradora: — O Sr. Deputado Carlos Coelho comportou-se como um autista porque não ouviu o que eu disse em matéria de propinas: é que nós não somos contra as propinas. Somos, isso sim, a favor de um estudo de um dossier mais completo sobre o financiamento do ensino superior.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

A Oradora: — Srs. Deputados, não vamos fazer a classe média pagar, antes de pensar nos problemas que isso vai causar.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso não é resposta!

A Oradora: — É resposta, sim, senhor!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Mas é a favor ou contra?

A Oradora: — Os senhores são levianos ao falarem no aumento das propinas, antes de dizerem como será apoiado o estudo das classes média e baixa.

Aproveito agora para responder também ao Sr. Deputado José Cesário sobre a PGA. O Sr. Deputado falou de grande expectativa. Desculpe lá, mas isso é um chavão!... Generalidades não é o nosso estilo, Sr. Deputado.

O programa do Partido Socialista tem muitas propostas concretas e inovadoras...

O Sr. José Cesário (PSD): — Apresente-as!

A Oradora: — Os senhores não precisam que as apresentemos porque as têm!

Como eu estava a dizer, o programa do Partido Socialista tem muitas propostas concretas e inovadoras, que, aliás, o Sr. ministro Roberto Carneiro gostava muito de consultar.

*Protestos do PSD.*

Sr. Deputado José Cesário, o seu discurso é que «pariu um rato»...

*Risos do PS.*

... e o senhor é que não fez qualquer interpelação.

Acerca do desporto escolar, gostava de dizer que a nossa preocupação decorre da perturbação causada pelo despacho, que nos pareceu um pouco precipitado e leviano e não ter em conta os projectos que estão em curso nas escolas.

O Sr. José Cesário (PSD): — Concorda com o regime anterior?!

A Oradora: — O Sr. Deputado disse que eu não sabia o que se passava nas escolas de hoje e nas escolas do politécnico mas, deixe-me que lhe diga, V. Ex.<sup>a</sup> e os Srs. Deputados é que não sabem. E sabem porquê? Porque têm estado preocupados em nomear pessoas por compatrio político...

*Aplausos do PS e do deputado independente João Corregedor da Fonseca.*

... porque, se os senhores falassem com os professores — eu por acaso até era professora! —, a realidade era bem outra, não aquela que o senhor pensa que existe.

*Protestos do PSD.*

Sobre a PGA, gostava de vos dizer o seguinte: nós somos contra a PGA, porque ela, de facto, não avalia os conhecimentos adquiridos na escola e aquilo que defendemos são provas que avaliem conhecimentos adquiridos nas escolas.

Efectivamente, o Sr. Deputado João Granja falou aqui várias vezes de avaliações, mas, Sr. Deputado, não existem avaliações mas opiniões, opiniões dispersas. Os estudos sérios que, por exemplo, foram feitos no Conselho Nacional de Educação recomendaram que não se aplicasse o diploma do acesso ao ensino superior, porque era precipitado, não respeitou estudos rigorosos, e, no entanto, foi implementado de forma precipitada, contra todos os pareceres. As comissões de avaliação, por amor de Deus! A avaliação tem uma conotação técnica, que é preciso respeitar. As avaliações não são opiniões, Sr. Deputado. Aquilo que os senhores têm são opiniões e não é com opiniões que se fazem políticas educativas mas, sim, com estudos sérios, com avaliações.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Deputado João Granja veio para aqui dizer que os alunos são colocados nas primeiras opções.

O Sr. João Granja (PSD): — E é verdade!

A Oradora: — O Sr. Deputado acha que as pessoas apostam na primeira opção, mas isso não é verdade, porque elas apostam onde têm hipóteses de serem colocadas.

Vozes do PS: — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

A Oradora: — O Sr. Deputado sabe muito bem que as pessoas põem em primeiro lugar o curso. Um aluno que tenha 14 valores de média vai concorrer a Medicina? Então será uma falsa opção. Sr. Deputado, não venha para cá «tirar louros» de coisas que não são de facto ganhos.

*Protestos do PSD.*

Só gostava de acrescentar mais uma observação. Vi, de facto, no discurso do Sr. Ministro muitas preocupações com os equipamentos, com os conhecimentos tecnológicos, mas ficou-me uma grande preocupação. Então, e a cultura?! Onde é que está a cultura? Onde é que estão as pessoas? Onde é que está a resolução dos problemas das famílias? Onde é que estão os professores? Como é que o Sr. Ministro vai contar com os professores? Que condições é que lhes vai dar para os entusiasmar? É que os professores estão muito desanimados e, depois disto tudo, ainda ficarão mais.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental da defesa da consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt chamou-me repetidas vezes autista.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Ainda se fosse careca!

O Orador: — Pelo menos corresponderia à verdade, meu caro amigo e companheiro nessa qualidade!

*Risos.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a memória não me falha, fui acusado de autista pelo menos quatro vezes, mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, ficou claro pela sua intervenção, ficou claro pelas respostas que acabou de dar, a mim próprio, aos meus companheiros de bancada e também ao Sr. Deputado António Filipe, que V. Ex.<sup>a</sup> não veio aqui interpelar nem este Ministro nem este Governo mas, sim, quatro anos de política de educação de um Governo e de um Ministro cessantes.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, isso é que é autismo do Partido Socialista. V. Ex.<sup>a</sup> virou-se repetidas vezes para a minha bancada e disse que andávamos longe da vida, longe da sociedade, mas esse Governo já foi avaliado, não por mim, não por si mas, isso sim, pelo povo português nas eleições.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt, afinal quem é autista é o Partido Socialista.

*O orador reviu.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, só queria dizer-lhe que sei muito bem que V. Ex.<sup>a</sup> ouve, só que, como não ouve politicamente, não ouviu nada do que eu disse.

Sr. Deputado, a explicação que eu tenho a dar-lhe é muito simples: os senhores não ouvem o povo, não ouvem o País, não vêem os problemas e por isso são autistas.

*Protestos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Educação, os Srs. Deputados António Filipe, João Corregedor da Fonseca, Lino de Carvalho, Marques da Silva, Julieta Sampaio, Fernando Pereira Marques, Correia de Campos, Manuel Sérgio, José Apolinário, António José Seguro, Manuel Queiró e Miranda Calha.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, far-lhe-ei duas perguntas muito breves e duas observações.

As perguntas que quero fazer-lhe são muito concretas e a primeira diz respeito à situação que atravessam os estabelecimentos particulares do ensino especial. Como é do seu conhecimento, essas escolas ameaçam encerrar as suas actividades no próximo dia 12 de Fevereiro, se não for encontrada pelo Ministério da Educação uma solução que as viabilize, dado que se encontram financeiramente estranguladas por uma portaria de Outubro, que não tem em conta a estrutura de custos desses estabelecimentos e que cria uma situação (se a portaria não for alterada) que inviabiliza, na prática, o funcionamento dessas escolas. Pergunto: tenciona o Governo viabilizar a continuação dos estabelecimentos particulares de ensino especial, que, como se sabe, leccionam, no essencial, educação a deficientes profundos?

A segunda questão diz respeito a um ofício, que tem sido recebido nas várias escolas secundárias de Portugal e que refere que, até à publicação da lei orçamental, não deverão ser alterados os índices e os escalões que vigoraram durante o ano de 1991. Isto significa que, antes de Abril/Março, na melhor das hipóteses, os professores não receberão as remunerações que lhes são devidas nos termos do seu estatuto remuneratório definido em 1989. Pergunto: como pode uma circular alterar o disposto num decreto-lei? Tenciona o Governo pagar com juros de mora os vencimentos em atraso aos professores?

Esta questão é válida também para o caso dos docentes do ensino superior, que desde 1990 não recebem de acordo com o estatuto remuneratório que lhes é devido, nos termos do Decreto-Lei n.º 408/89. A questão é esta: como tenciona o Governo resolver este problema?

A primeira das observações que gostaria de fazer refere-se a uma afirmação do Sr. Ministro, que eu quero aqui registar, de que este Governo vai promover o aumento de vagas no ensino superior público, de acordo com as necessidades do País. Todos nós reconhecemos que as «necessidades do País» implicam o reforço muito substancial das vagas no ensino superior público. Registo esta afirmação, mas registo-a como um compromisso e citá-la-ei sempre que for necessário.

A última observação que queria fazer — e que neste momento é muito actual — refere-se às propinas. Na intervenção que farei em nome do meu grupo parlamentar, terei oportunidade de abordar detidamente esta questão e de referir a nossa posição. No entanto, o que queria aqui deixar claro é que consideramos que aquilo que o Sr. Ministro acaba de dizer da tribuna é uma verdadeira declaração de guerra para a grande maioria dos estudantes, actuais e futuros, do ensino superior público, que sabem que não têm condições financeiras para suportar as propinas que, de acordo com a sua intervenção, lhes serão exigidas.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, há mais oradores inscritos para lhe pedir esclarecimentos. Pretende responder já ou no fim?

**O Sr. Ministro da Educação:** — Respondo no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação: Em Portugal existe uma necessidade premente de um sistema de ensino credível e de uma maior e melhor escolarização a todos os níveis. Somos um país com graves carências neste sector, onde alguns aspectos podem e devem ser classificados de catastróficos. Sr. Ministro, não é inovador o que acabo de dizer!

Nesta altura, é muito importante, e reveste-se de particular seriedade, relembrar que a responsabilidade pelo Ministério da Educação tem sido do PSD há mais de 14 anos! É uma responsabilidade que o PSD e o Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva não podem escamotear!

O Governo tem a intenção no Orçamento do Estado de dotar a educação de um acréscimo de verbas. Acontece, porém, que esse acréscimo não corresponde às metas estabelecidas, nomeadamente para a obrigatoriedade da escolaridade, escolaridade essa que o Governo pretende ser de nove anos quando outros países da CE já é de 12.

Ora, aliado às fracas verbas (ao contrário do que o Sr. Ministro afirma), não há — claramente que não há — um programa consistente e realista, o que afecta decisivamente a qualidade do ensino em Portugal; perante o facto de o Ministério dar a entender que quer diminuir o tempo dos cursos e os *curricula*, o que, como é evidente, também afecta a qualidade do ensino, e pelo facto de estarmos confrontados com um panorama desolador, tanto mais que o principal factor de desenvolvimento do País tem de residir na qualificação dos Portugueses (e cerca de 70 % da população não tem habilitações adequadas), depois de ouvir o Sr. Ministro fiquei mais preocupado. Com os meios disponíveis, com os seus programas vagos, com as suas reformas dispersas ou pseudo reformas, é lícito concluir que o Governo parece ter a intenção de renunciar a que Portugal tenha uma perspectiva europeia de qualificação dos Portugueses.

Mais — o que também é muito grave! —, o Governo continua a criar e a agravar a instabilidade nos estudantes, nos professores, nas famílias.

Sr. Ministro da Educação, termine colocando-lhe uma questão. A propósito das propinas, disse: «Não podemos admitir a injustiça. Há 50 anos que as propinas são as mesmas. Temos de aproximar as propinas do custo real do ensino», declarando que alguns cursos podem custar 1500 contos ou mais. Disse ainda: «Aumentamos o sucesso e criamos justiça.»

Sr. Ministro, isto é espantoso! Não queria ir tão longe ao ponto de recordar-lhe o tipo de argumentação que o Dr. Mário de Figueiredo usou, nesta Assembleia, há cerca de 50 anos, para justificar outros aumentos de propinas. É preciso que o Sr. Ministro tenha mais cuidado com aquilo que diz!

Perante isto, como é que concilia essas intenções de agravar o custo das propinas com o texto do n.º 3 do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, segundo o qual «incumbe ao Estado assegurar o ensino básico

universal, obrigatório e gratuito» bem como «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino» em Portugal? E vem V. Ex.<sup>a</sup> falar de justiça aumentando as propinas!

*O orador reviu.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, já que estamos a tratar de política educativa, uma vez que uma das batalhas que o Governo diz assumir é a da defesa da língua e do estudo do português — que, aliás, o Sr. Ministro valorizou no seu discurso e que parece ser um dos pretextos para a não eliminação da PGA —, penso que é oportuno questionar V. Ex.<sup>a</sup> acerca de uma situação que, não tendo directamente a ver com o seu Ministério, está ligada ao problema da defesa da língua portuguesa no contexto mais geral da acção dos vários ministérios do Governo de que V. Ex.<sup>a</sup> faz parte.

Nos últimos dias, o Ministério da Agricultura distribuiu aos agricultores portugueses um cartão informatizado com código, tipo Multibanco, para que possam ter acesso à aquisição directa de gasólico bonificado nas poucas bombas de combustível preparadas para esse efeito.

Suponho que o Sr. Ministro sabe que 95 % dos agricultores portugueses não sabem ler ou, ainda que saibam, não têm qualquer grau de instrução ou apenas estudaram até à 4.<sup>a</sup> classe.

**O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Meneses):** — É um bocado exagero!

**O Orador:** — Verifico que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares não parece estar de acordo comigo, mas são os números oficiais fornecidos pelo próprio Ministério da Agricultura. Presumo, portanto, que não saibam línguas estrangeiras.

Isto vem a propósito de esse cartão, o que o Ministério da Agricultura está a distribuir, ser acompanhado de um pequeno folheto explicando o seu modo de funcionamento, que passo a ler:

Madame, Mademoiselle, Monsieur.

Veuillez trouver ci-dessus votre code confidentiel correspondant à la carte établie à votre intention.

Recommandations importantes:

Votre code est confidentiel et strictement personnel.

Il ne peut être connu que de vous.

Par sécurité:

Mettez-le en lieu sûr.

Ne le conservez pas sur vous.

Ne le notez surtout pas sur votre carte.

Ne le communiquez à personne et refusez de le donner en toutes circonstances.

Pode o Sr. Ministro esclarecer-nos se estamos perante uma nova estratégia do Governo para ensinar francês aos Portugueses e, neste caso, aos agricultores tendo certamente em conta o mercado único, ou se está o Ministério da Educação a pensar em promover acções de aprendizagem intensiva do francês para os agricultores portugueses.

*Aplausos do PCP e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Silva.

**O Sr. Marques da Silva (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, ouvi o seu discurso com atenção, mas fiquei com algumas dúvidas muito concretas que colocarei.

O Sr. Ministro disse que as verbas não deixavam margem para dúvidas. Articulando esta frase com o que referiu a propósito do Regulamento da Carreira Docente, pergunto-lhe se será resolvido, finalmente, o problema da contagem integral do tempo de serviço para todos os professores.

O Prof. Sérvelo Correia já tinha feito um parecer segundo o qual era inconstitucional a passagem do regime de fases para o novo sistema retributivo com base nos escalões. Todos os professores são prejudicados, fundamentalmente os mais antigos, em situação de aposentação próxima ou já aposentados, que foram sujeitos a uma preparação académica mais longa, com licenciaturas de quatro ou cinco anos, curso de pedagógicas e estágios normalmente de dois anos não remunerados e com obrigatoriedade de pagamento de propinas, com seis, sete ou oito anos de preparação antes da docência.

Ao fazer-se a transição do regime de fases para este novo sistema retributivo, estes professores, com perto de 29 anos de serviço ou até mais, foram obrigados a recuar até ao 7.<sup>a</sup> escalão, sendo alguns, em princípio, obrigados a uma candidatura para a passagem ao 8.<sup>a</sup> escalão e muito poucos atingiram esse e o 9.<sup>a</sup> escalão em 1991.

A Portaria n.<sup>o</sup> 1218/90, sobre recuperação de tempo de serviço, não resolve esta injustiça nem outras feitas a outros professores. Na prática, pode surgir apenas isto: os professores de preparação académica mais prolongada poderão não atingir o topo da carreira que, afinal, já tinham atingido no anterior sistema de fases.

Pergunta-se, Sr. Ministro, por que se não opta pelo que é justo, isto é, pela contagem integral do tempo de serviço a todos os professores.

Outra questão que gostava de colocar é relativa a uma frase que o Sr. Ministro proferiu. Até nos comoveu um pouco que o Governo e os seus membros não pudessem esquecer a vida e a acção dos seus próprios professores. Aproveito, pois, para relembrar a situação dos professores reformados, pois estamos perante a maior injustiça jamais cometida a profissionais de ensino. Relembro que todos eles foram sujeitos à mais longa e difícil preparação para a docência, sendo causticados na situação de agregados durante longos anos, e que, reformados após 44 anos de serviço, têm hoje reformas que pouco ultrapassam os 100 contos.

Por isso, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, para quando a actualização urgente das reformas destes nossos antigos professores e também por que razão não deverá o aumento aos funcionários no activo ser automaticamente indexado aos já reformados.

Finalmente, faço-lhe mais uma pergunta: o Sr. Ministro falou em fazer uma gestão de forma dialogante e só apresentou exemplos de dois casos, sendo o primeiro relativo à gestão do Ministro Roberto Carneiro, que se refere à educação pré-escolar.

O ex-Ministro Roberto Carneiro prometera 700 lugares para jardins-de-infância, que seriam criados com dinheiros do PRODEC, mas para entrarem em funcionamento eram necessárias duas portarias, que deveriam regulamentar os concursos respectivos. Como explicar aos pais e aos

docentes pré-primários que as portarias não saíram e que os concursos, não sendo abertos, levaram ao não funcionamento dos estabelecimentos e ao desemprego dos professores?

Outro problema ainda é referente aos professores licenciados sem vínculo ao Ministério e que recentemente tiveram de chegar ao extremo de recorrer à greve. Apenas foi publicada uma circular, que só parcialmente resolveu esta situação e que vai adiá-la, mais uma vez, quando não causar novos problemas.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Julieta Sampaio.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, o seu discurso foi pautado pelo «Queremos, queremos, queremos» e eu estava à espera do momento em que o Sr. Ministro dizia: «Quero sair deste labirinto em que estou metido!» Tal não aconteceu e felizmente que assim foi, porque é sinal de que estamos aqui para continuar esta interpelação que, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Carlos Coelho, tem toda a razão de ser.

Senão, vejamos: o Sr. Ministro sabe com certeza o que se passa com o ensino especial público. Gostava, pois, de o ouvir dizer, concretamente, se tem algum diagnóstico real e severo para obviar à situação em que se encontra.

Para além disso, gostava também que o Sr. Ministro explicasse, muito concretamente, como vai resolver o problema dos colégios que têm 3500 crianças do ensino especial e cujos pagamentos não são feitos atempadamente, pondo em risco a frequência das crianças nesses colégios e propiciando a falência dos mesmos. O Sr. Ministro acha justo, já que fala tanto de justiça social, que sejam pagos 43 000\$ pela segurança social, quando os custos reais de cada criança são no valor de 60 000\$?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques.

**O Sr. Fernando Pereira Marques (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>m</sup> e Srs. Deputados: Dentro do espírito e da letra do instituto constitucional e regimental da interpelação ao Governo — que dá a sensação de a bancada do PSD não querer entender mas para dar a possibilidade ao Sr. Ministro da Educação de concretizar algo, tendo em conta que a sua intervenção contele sobretudo generalidades e boas intenções —, coloco algumas questões muito concretas.

O anterior Governo, concretamente o Ministro Roberto Carneiro, procurou, entre outras medidas, levar à prática o Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 310/83, que visava a transformação dos conservatórios em escolas de nível secundário, passando o ensino superior profissionalizante a ser ministrado em escolas politécnicas ou superiores, que até então tinham tido, em certos casos, existência meio fantasmagórica, para além de se terem estabelecido, entretanto, as Bases Gerais da Organização da Educação Artística Pré-Escolar, Escolar e Extra-Escolar no Decreto-Lei n.<sup>º</sup> 344/90, de 2 de Novembro.

Conhecem-se as resistências e a controvérsia que tais medidas provocaram, sobre tudo na área da música. Não se podendo, pois, definir uma política coerente e eficaz para a música e para as orquestras — que tanto preocupam,

ao que parece, o actual Secretário de Estado da Cultura — sem uma política global para o ensino da música em Portugal, pergunto: que projectos tem o Governo neste domínio e que balanço faz da situação existente?

Por outro lado, conhecendo-se as graves carências que continuam a enfrentar as escolas de diversos níveis (dança, teatro, música, cinema) que se amontoam no velho Conservatório do tempo de Garrett, assim como a Escola Superior de Belas-Artes — para falar só nestes casos sentidos em Lisboa —, no que concerne às instalações, aos equipamentos, às condições pedagógicas e até aos planos docente e administrativo, pergunto: que medidas pensa tomar o Governo para resolver essas carências de carácter qualitativo e quantitativo e para superar tais situações?

Sabe-se ainda a importância, ao falar-se do ensino artístico, do papel já desempenhado e a desempenhar por escolas, grupos e iniciativas particulares, não só na formação de executantes e criadores como na formação, não menos importante, do gosto pela arte e sua fruição. Assim sendo, pergunto: qual a política do Governo quanto ao apoio e incentivo à criação de tais escolas, grupos e iniciativas?

Finalmente, na perspectiva de uma concepção humana de educação, que se supõe ser partilhada por este Governo, como é encarada a integração, mas de forma sistemática e eficaz, da educação artística nos ensinos básico e secundário, enquanto instrumento fundamental para a criação e generalização de uma nova sensibilidade cultural, em particular nas novas gerações?

*Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Campos.

**O Sr. Correia de Campos (PS):** — Sr. Ministro, começo por cumprimentá-lo pessoalmente e na qualidade de Deputado, pelo passado comum que tivemos na nossa vida profissional. Gostaria também que essa boa impressão que V. Ex.<sup>a</sup> deixou na sua vida profissional, como gestor de uma escola, pudesse projectar-se nas responsabilidades mais vastas que agora vai ter. Reccio, porém, que este meu desejo não venha a concretizar-se, e passo a explicitar porquê, Sr. Ministro.

V. Ex.<sup>a</sup> defende para o financiamento do ensino superior duas únicas soluções: a das bolsas — e o senhor disse-o — «para os mais carenciados» e a do aumento das propinas «para nos aproximarmos do custo real do ensino», citando novamente uma expressão de V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Ministro, por que é que omitiu, ou por que é que não referiu — e suponho que não foi pelo facto de a ignorar —, a solução dos empréstimos estudantis, que outros países, nossos vizinhos, estão a tentar pôr em prática? É que a solução das propinas com bolsas obriga a testes de meios que são caros, tem um estigma social, replica injustiças fiscais, obriga às contribuições dos pais da classe média para todos os estudantes e cria, gera ou agrava dependência familiar. Os empréstimos com bolsas de mérito — bolsas, sim, para o mérito — e propinas — mas em ordem regressiva — têm possibilidades de responsabilizar o jovem adulto e de gerar receitas e aumentar a justiça social, se a amortização for proporcional ao rendimento e se a taxa de juro real for igual a zero.

Sr. Ministro, não percebo por que é que no seu projecto não há a mais pequena referência aos empréstimos no âmbito do ensino superior, que, como provavelmente

sabe, são a base do financiamento proposto e até do financiamento maioritário, no futuro, em países próximos de nós, como o Reino Unido.

Lamento, sinceramente, a expressão, que usou da «aproximação ao custo real do ensino» e o sentido geral da sua proposta — pelo menos, nesta página e meia do seu discurso — de que o financiamento da política da educação tem como objectivo imediato a justiça social. Está enganado, Sr. Ministro! O financiamento da educação não é para fazer imediatamente justiça social mas, sim, para financiar a capacidade de igualdade de acesso para o desenvolvimento do País. O simplismo social que os senhores adoptam, ao transformarem o Estado numa espécie de Robin dos Bosques que retira aos pais supostamente ricos para dar aos estudantes supostamente pobres, é de uma penúria e de uma indigência intelectual — desculpe que lho diga, Sr. Ministro — a toda a prova!

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

**O Sr. Manuel Sérgio (PSN):** — Sr. Ministro da Educação, começo por saudar em V. Ex.<sup>o</sup> o ministro e o professor ilustre e, depois, permito-me colocar-lhe três questões.

Primeira: a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar pertencente a instituições particulares de solidariedade social, que representa 8,8 % do número total nacional e que acolhe 40 450 crianças dos 3 aos 5 anos de idade, ou seja, 35 % do total de crianças que frequentam jardins-de-infância, tem vindo a desempenhar um papel inestimável no campo social, permitindo a criação de espaços de equilíbrio psico-emocional das crianças com incidência irrecusável num futuro mais saudável e mais harmónico da população portuguesa. Pergunto: por que razão os educadores de infância não são assumidos pelo Ministério da Educação e colocados em regime de destacamento nos jardins-de-infância do IPSS, como aconteceu já na Região Autónoma da Madeira?

Segunda: a partir de 1975, face à saudável política de integração das crianças com deficiências e dificuldades ligeiras no sistema de ensino regular, os estabelecimentos de educação e ensino especial ficaram com o ónus da exigência interdisciplinar de um esforço insubstituível na recuperação de casos de deficiência mais profunda. Desnecessário se torna acentuar a incidência humana e social de tão desvelada actividade.

O que resulta difícilmente comprensível é que a especificidade de tão árdua tarefa não seja contemplada, em proporção, pela atenção do Estado, instituindo uma tabela de mensalidades cujos quantitativos se situam aquém do mínimo exigido para um funcionamento aceitável de tais estabelecimentos. Esta anómala situação inibe fatalmente os gestores destes estabelecimentos, de tão importante acção social, de satisfazer os aumentos de 23 % dos seus técnicos, previstos no contrato colectivo de trabalho (em vigor desde 1 de Outubro de 1991).

Que pensa, pois, o Ministério fazer para superar esta situação, de modo a evitar, em primeiro lugar, que os estabelecimentos de educação especial encerrem no próximo dia 12 de Fevereiro e, em segundo lugar, que

3500 crianças e cerca de 1000 trabalhadores sejam afectados por esta grave omissão?

Terceira: que solução preconiza o Governo para o caso dos professores provisórios? Será que, por via da consumação de facto, se irão consagrar manifestas situações de injustiça relativa, contribuindo quer para um indesejável divisionismo entre os docentes quer para uma instabilidade profissional que, em rigor, era perfeitamente evitável?

De facto, parece claro que faltou uma cautelar regulamentação das condições de plenitude estatutária, estabelecendo um horizonte temporal retroactivo e um sistema de gradualidade, que evitasse, como aconteceu, colocar, de um só golpe, companheiros do mesmo curso mas com diferentes níveis de aproveitamento, em condições profissionais disparecidas, com estranha vantagem para os de menor aproveitamento, já que, beneficiando do «chumbo», já pudera naturalmente ser admitidos no famigerado e mais que duvidoso estágio pedagógico.

O remendo algo desajitado do recurso à Universidade Aberta não parece apagar marcas, que, neste caso, se nos afiguram, repete-se, perfeitamente evitáveis.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu):** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

**O Sr. José Apolinário (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, quero aproveitar esta interpelação para chamar a sua atenção e a da Câmara para um flagelo que, sendo um tema específico nesta interpelação e no quadro da escola, é uma preocupação para todos os portugueses. Ele diz respeito à proliferação do consumo de estupefacientes nas escolas portuguesas.

Sr. Ministro, quando o consumo de droga, nalguns casos específicos, chega a atingir 8 a 9 % dos jovens que frequentam as escolas portuguesas; quando as perspectivas de intervenção financeira, do ponto de vista orçamental, apontam, para o ano de 1992, uma verba inscrita ainda inferior à do ano de 1990; quando, por todo o lado, se unem esforços para a necessidade de políticas, visando a redução da procura e não apenas o combate à oferta; quando, na área do Ministério da Educação, assistimos, no passado, à falácia do projecto de professores mediadores, que caiu de podre, e à consequente inexistência de apoios financeiros para os projectos que, ao nível da escola, pretendiam desenvolver actividades de prevenção primária, para sua informação — e o Sr. Ministro, se quiser, poderá consultar o seu colega de bancada, engenheiro Couto dos Santos, que poderá dar-lhe mais informações —, a maioria parlamentar do PSD chumbou, no passado, uma proposta do Grupo Parlamentar do PS de reforço substancial do investimento para acções de prevenção primária nas escolas, investimento esse que, ao longo de 1991, não ultrapassou os 24 000 contos para apoio em 60 escolas, em todo o País, no todo global de escolas dos ensinos preparatório e secundário existentes no País.

Ora, o Sr. Ministro poderá dizer que o seu Ministério, juntamente com o Ministério da Administração Interna, está a estudar a criação de algumas normas de segurança. Mas aí, desde já, arrepião caminho e digo-lhe que elas já existem. De facto, desde 1989, que foram dadas directrizes à polícia sobre as medidas de segurança. A única diferença é que, devido à aparente competição entre os Ministros Dias Loureiro e Fernando Nogueira, para saber qual dos dois

aparece mais na televisão, o primeiro tem aparecido mais na televisão a falar sobre este assunto. Mas essas normas de segurança já existem, sem objectivos e sem resultados de facto.

Neste sentido, pergunto: quando, em Portugal, o volume global de venda ilegal de drogas pode atingir cerca de 1 milhão de contos, será possível fazer prevenção somente ao nível de 60 escolas?

Pergunto-lhe, ainda, Sr. Ministro, se ao nível de intervenção política nesta área, V. Ex.<sup>e</sup> procurará que as verbas provenientes da recolha de material apreendido no tráfico de droga sejam utilizadas não apenas para o combate mas também para a prevenção e para programas escolares.

Desejo, por último, saber qual é a dinâmica que o Sr. Ministro pretende implementar nas acções de prevenção primária, ao nível das escolas portuguesas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Barbosa de Melo.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

**O Sr. António José Seguro (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, ouvi-o com muita atenção e devo dizer que, se há alguma razão para alguém estar preocupado nesta Câmara, são precisamente os Deputados da oposição que a têm.

Aquilo que tínhamos no passado eram alguns ensaios de política de educação quando o Sr. Ministro Roberto Carneiro aqui vinha. Não tínhamos dinheiro para a educação nem política de educação e parece que a única coisa boa que restava do anterior Governo se perdeu, pelo menos a julgar pela intervenção que o Sr. Ministro aqui acabou de fazer.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Se não havia razões suficientes para o Partido Socialista fazer esta interpelação na Assembleia da República, o PS, toda a oposição e, particularmente, os estudantes portugueses ficaram, depois de ouvir o discurso do Sr. Ministro, com razão, mais do que suficiente, para fazer interpelações diárias aquilo que certamente vai ser a política de educação deste Governo.

Passo a concretizar a ideia que acabo de exprimir.

Na sua intervenção, o Sr. Ministro não respondeu aos estudantes que não conseguem entrar nas universidades, nem aos estudantes que saem das escolas, nem ainda aos estudantes que, saindo das escolas e se lhes pergunta se querem reingressar, dizem que querem.

O Sr. Ministro não disse como é que resolve o problema dos estudantes que estão no ensino superior privado em Portugal, não por opção mas por não terem vagas no ensino público, pagam propinas mensais de mais de duas dezenas de contos e não têm apoio social escolar.

O Sr. Ministro não disse qual é a estratégia em matéria de ensino superior para este país. Não o fez porque aquilo que o Sr. Ministro se resumiu a dizer foi que há mais escolas e estabelecimentos de ensino privado e público em Portugal. Só que essas escolas, Sr. Ministro, são de papel e lápis. Não há escolas de ensino técnico.

O Sr. Ministro não disse qual é a resposta estratégica de Portugal em matéria de educação perante os desafios da Comunidade Económica Europeia.

O Sr. Ministro ficou mudo, neste Parlamento, perante as questões que hoje são colocadas aos jovens portugueses quando se lhes pergunta se, tirando o mesmo 14 que um jovem dinamarquês pode ter, tem na prática a possibilidade de exercer os mesmos direitos perante a concretização do mercado único europeu.

O Sr. Ministro não disse uma vírgula sobre o reconhecimento dos diplomas dos jovens portugueses, nem uma palavra quanto à harmonização desses mesmos diplomas na Comunidade Económica Europeia.

O Sr. Ministro não disse nada aos pais e aos estudantes sobre a segurança nas escolas, quando ainda ontem os estudantes de letras se manifestaram preocupados com a segurança das escolas não só no ensino secundário como também no ensino superior.

O Sr. Ministro não disse nada sobre os planos curriculares, nem sequer sobre a possibilidade de os harmonizar no sentido de fazer a ligação concreta entre a escola e a sociedade.

O Sr. Ministro não disse nada sobre o papel dos estudantes nas escolas, nem se iria rever aquilo que hoje é um monstro, ou seja, o decreto de gestão dos estabelecimentos do ensino secundário, que retira a possibilidade de os estudantes poderem participar na gestão da escola.

**O Sr. Virgílio Carneiro (PSD):** — É mentira. O Sr. Deputado não sabe o que se passa!

**O Orador:** — Em suma, o que o Sr. Ministro aqui veio dizer foi aquilo que já todos sabíamos: que a sua escola, a escola do PSD, a escola do Governo, é semelhante a um supermercado onde o que interessa é meter mais alunos sem condições e mesmo sem cadeiras para se sentarem. E veio, sobretudo, preconizar esse conceito liberalizante das escolas pelo qual qualquer dia não nos surpreenderá que venham aqui dizer que também as querem privatizar.

Desculpar-me-á que lhe diga, mas o Sr. Ministro apareceu não como um ministro da Educação mas como um ministro da gestão dos assuntos escolares, quando o País necessita, mais do que nunca, de ter um ministro da Educação.

Coloco-lhe, por isso, três questões concretas.

Em primeiro lugar, o Sr. Ministro, o Governo e o PSD falam muito em propinas. Mas por que é que não falam mais em apoio social escolar, em qualidade nas escolas e, sobretudo, em que todos os jovens que vivem em Portugal possam ter acesso ao ensino superior e escolher onde querem estudar, se no ensino público, se no privado? Porquê, Sr. Ministro, tanta ênfase na questão das propinas?

Pergunto-lhe, em segundo lugar, por que é que ainda não vieram a público as conclusões do relatório do inquérito, certamente já em curso, à polícia, que recebeu com a gentileza que se conhece os estudantes que se manifestaram em Dezembro passado no Porto, porque lutavam pela concretização de um direito.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por último, pergunto-lhe se o Sr. Ministro se sente bem, como português e responsável pela área da Educação, quando, por exemplo, ainda ontem um amigo meu de Coimbra me dizia que teve de estar sentado no parapeito de uma janela na Faculdade de Direito de

Coimbra a propósito de uma aula da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, por não haver mais espaço, mais cadeiras, para se sentar.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, verifico, pela presença em força neste Hemiciclo dos membros do seu Ministério, com os respectivos secretários de Estado, que a sua postura neste debate não é a mesma da da bancada do PSD, nomeadamente do Sr. Deputado Carlos Coelho: é que o Sr. Ministro deu o devido valor a este debate sobre política educativa. O Sr. Ministro, obviamente, não concorda com a afirmação do Sr. Deputado Carlos Coelho de que a política educativa mudou aquando das eleições e quando ocorreu a mudança do titular do Ministério.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Eu não disse isso!

O Orador: — Com efeito, este Governo não mudou a propósito do intervalo eleitoral que a Constituição obrigou a fazer. Mudou o Ministro da Educação, mas esse pormenor foi forçado pela saída voluntária do anterior titular. Essa saída voluntária do anterior titular é, sim, bastante interpellante sobre esta política de educação, cuja continuação cabe ao Sr. Ministro gerir.

Na sua intervenção, o Sr. Ministro não teve muitas palavras para com o ensino superior privado. Não irei colocar-lhe questões sobre o ensino superior privado, mas, sim, uma questão sobre o ensino privado noutros graus de ensino em que aquele tem sido encarado como meramente supletivo. Isso é normal, até porque o sistema educativo tem sido continuado e construído, nos últimos anos, por dois partidos que têm sobre ele uma visão estatista.

Nalguns casos, sendo meramente supletivo, o ensino privado é quase integralmente supletivo, o que quer dizer que o ensino público está quase ausente em determinados sectores. É o caso do ensino especial para crianças deficientes, onde se regista um enorme peso do ensino privado neste sector. Acontece que estas escolas, justamente por serem quase integralmente supletivas, não podem praticar regras de mercado com vista ao seu sustento. É, aliás, assim por via legal, já que o Ministério fixa, através de portarias, propinas máximas para esse tipo de ensino.

Falando então do caso específico dos colégios privados de ensino especial, está o Governo consciente de que cabe ao Estado impedir a falência desses indispensáveis estabelecimentos de ensino, fornecendo os meios de subsistência que elos estão impedidos de cobrar?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, ouvi a sua intervenção com a maior atenção e tive oportunidade de verificar o que o Sr. Ministro disse em relação ao desporto escolar, mas constatei que não disse nada sobre essa matéria.

Em virtude de uma questão relacionada com a sua ideia de escola aprazível e também de uma outra relacionada com a ideia de alguns deputados sobre coerência de políticas de educação, parecia-me interessante que o

Sr. Ministro nos dissesse aqui o que pensa quanto ao desporto escolar. Ainda muito recentemente, o seu antecessor aprovou legislação — dois decretos-leis — em relação a esta matéria instituindo um regime essencialmente assente nas estruturas do Ministério. Agora, também muito recentemente, o seu Ministério fez aprovar um despacho que nos apresenta uma filosofia completamente diferente do que havia sido instituído anteriormente.

É certo que, como já aqui foi referido por um Sr. Deputado, se trata de um momento de reflexão, parecendo ter havido uma paragem na área do desporto escolar para reflectir. Mas, se isto ainda mal começou e já está parado para reflectir, o que pergunto desde já ao Sr. Ministro é o que é que realmente o Ministério pensa fazer quanto à área do desporto escolar. Relembro, mais uma vez, a esta Câmara que a responsabilidade do Ministério da Educação tem cabido ao PSD ao longo dos anos, sendo a área do desporto escolar paradigmática deste zigzag constante de indefinição e inconsequência em relação à área do desporto escolar. Agradecia, pois, que o Sr. Ministro me explicasse alguma coisa sobre o que pensa relativamente a esta matéria.

A segunda questão que pretendo colocar-lhe tem a ver com a escola aprazível do Sr. Ministro. Foi extinta a Comissão do Programa Integrado de Infra-Estruturas Desportivas, quando V. Ex.<sup>º</sup> sabe que um dos problemas essenciais que se regista nas escolas consiste precisamente na falta de estruturas escolares para a prática do desporto. V. Ex.<sup>º</sup> até sabe que, muito perto de sua casa, a Escola Secundária do Restelo não tem rigorosamente nada para a prática do desporto. A referida comissão foi extinta — parece que apontava para uma ideia de rede integrada de infra-estruturas desportivas —, mas não vislumbramos o que é que se pretende com tal extinção. Qual é a ideia do Sr. Ministro em relação a esta matéria?

A terceira questão que lhe coloco tem a ver com a Lei de Bases do Sistema Desportivo. O antecessor de V. Ex.<sup>º</sup> passava o tempo a falar-nos da Lei de Bases do Sistema Desportivo, mas, no final, acabou por não ser produzida praticamente nenhuma legislação avulsa sobre tal matéria. Existia uma comissão composta sensivelmente por 14 ou 15 membros, mas agora ela foi alargada, chegando a quase 30 elementos para funcionar, e passou a ser presidida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto. Não sabemos bem o que será, se uma verdadeira comissão, se um conselho educativo superior ou outra coisa qualquer.

O que lhe pergunto tem a ver com aquilo que aqui foi várias vezes prometido pelo seu antecessor e que agora é da responsabilidade de V. Ex.<sup>º</sup>. Trata-se de saber, por exemplo, quando é que vemos consagrado o regime jurídico das federações desportivas, o regime jurídico dos clubes desportivos e o estatuto de utilidade pública desportiva, matéria tão importante e fundamental quanto sabemos quais são as perturbações que existem nesta área, sobre a qual o Governo, dentro do respeito pela autonomia desportiva, tem de ter uma palavra.

A última questão a colocar refere-se ao facto de o seu antecessor nos ter falado aqui, por várias vezes, no apoio que iria ser dado à alta competição e ao Comité Olímpico para que efectivamente a nossa presença em Barcelona fosse condigna e capaz, correspondendo ao facto de os Jogos Olímpicos se disputarem muito perto de nós, em Barcelona. Foi dito que iria haver uma nave desportiva, falou-se num hotel desportivo e disse-se que iriam ser recuperadas as instalações do vale do Jamor, mas parece estar tudo esquecido, algures, numa prateleira. A própria

Comissão para o Desenvolvimento da Área da Alta Competição, presidida pelo professor Moniz Pereira, tem sido, ao que parece, praticamente impossibilitada de corresponder ao que se lhe era pedido. Sr. Ministro, qual é a participação portuguesa nos Jogos Olímpicos, dentro dos aspectos essenciais que correspondem a uma digna participação portuguesa nesses mesmos Jogos Olímpicos?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Quero agradecer o facto de me terem feito muitas perguntas e também de me darem oportunidade a desenvolver mais alguns aspectos sobre as mesmas.

Como realmente este é um Governo ainda recente, estamos cá hoje e esperamos vir frequentemente falar com os Srs. Deputados, nesta Assembleia e em sede de comissões, nomeadamente na de Educação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apenas um desabafo, que se relaciona um pouco com a interpelação feita pelo PS, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt fez tantas perguntas que fiquei preocupado. Então, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não sabe a resposta, que é óbvia, de algumas dessas perguntas?!

Risos.

Realmente, às vezes é difícil perceber certas dificuldades. Mas, enfim! Se não sabe, nós ensinamos-lhe, até porque eu também sou professor. Não há problema.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se calhar, até já sou professor há mais tempo do que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt.

Vou começar, por exemplo, pela prova geral de acesso, que foi referida aqui por vários Srs. Deputados.

Não sei ainda qual será a proposta que vai ser apresentada pelo PS...

Vozes do PS: — Já entregou!

O Orador: — Então, se já entregou, é capaz de ser uma que ouvi na rádio, hoje pela manhã. Francamente, fiquei preocupado e, com certeza, os jovens portugueses vão ficar tremendamente preocupados.

Ainda bem que essa sua posição não vai ganhar. Então, neste momento, os jovens têm de fazer uma prova, isto é, uma prova moderna, actualizada, da qual a Comissão de Análise diz muito bem, e que, como aqui já foi referido, permite a 80 % dos candidatos uma escolha cada vez mais próxima do que pretendem. É uma prova moderna, uma prova em que os alunos podem optar duas vezes. É uma prova que versa muito sobre a disciplina de Português — e fico preocupado quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada põe isso em causa. Então, o Português não é ensinado nas escolas? Julgo que será ofender a maior parte dos professores de Português deste país...

Aplausos do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt (PS): — Eu não disse isso!

O Orador: — Mas deixe-me dizer-lhe outra coisa. Então, se é verdade o que ouvi na rádio, os jovens portugueses em vez de uma prova vão ter duas! O Sr.<sup>a</sup> Deputada, julgo que essa não é a solução melhor. Então, se a proposta do PS ganhar, os jovens portugueses vão ter duas provas em vez de uma? Isso não está correcto.

Outro aspecto referido por vários Srs. Deputados foi o das propinas, nomeadamente pelo Sr. Deputado António Filipe e outros, do PS. Mas, no fundo, julgo que não ouviram tudo o que eu disse, ou não ouviram ou não querem ouvir! Efectivamente, o que eu disse foi que a situação presente é muito injusta. Os Portugueses, que pagam impostos, estão a pagar cerca de 500 contos por aluno, quer tenham ou não filhos no ensino superior.

Ora bem, o que pretendemos é o seguinte: por que é que cada família que possa pagar não há-de pagar? Por que é que havemos de estar a dar as mesmas condições às pessoas que têm e às que não têm dificuldades financeiras?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — E a Constituição?

O Orador: — A Constituição não diz isso! Portanto, o que sugiro é que se ponha este assunto da actualização das propinas paralelamente a um outro que é o assunto da actualização das bolsas. Mais bolsas e de qualidade!

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Mas como, Sr. Ministro?

O Orador: — Nós vamos ensinar, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Temos de ir ensinando, temos de vir cá mais vezes.

O que estava a dizer é que vamos implementar um sistema de acção social justo, com mais bolsas. Gostaria que esse número, no próximo ano, duplicasse, se possível (como sabem tem aspectos financeiros envolvidos), com bolsas graduadas, bolsas em número significativo, quer em valor quer em número de estudantes.

Outro aspecto é o aumento do número de residências para estudantes. Vai haver um aumento muito significativo de residências para estudantes. A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, por exemplo, quanto paga, neste momento, um estudante que venha estudar para Lisboa?

Pois bem, vamos trabalhar no sentido de aumentar as residências para estudantes, vamos trabalhar no sentido de permitir...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Neste século?

O Orador: — Com certeza que será neste século! Não tenha medo, Sr. Deputado. A implementação será possível.

Outro aspecto que vamos tratar diz respeito ao aumento de bibliotecas. Os alunos precisam de mais bibliotecas, precisam de ter melhores bibliotecas nas instituições.

Portanto, é isto tudo que vamos fazer.

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Quando?

O Orador: — Rapidamente, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Estamos no início e a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai ter oportunidade de ver, já no princípio do próximo ano, como é que isso se vai fazer.

Relativamente ao aumento de vagas no ensino superior, o que acontece é o seguinte: neste momento, os nossos alunos, por lei, já têm cursos em geral longos de mais. Não podemos estar a prejudicar os estudantes portugueses.

Não podemos exigir mais a um português, cujo curso é de cinco ou seis anos, quando na Holanda, que foi o país que acabou agora de ter a presidência das Comunidades Europeias, os cursos são de quatro anos.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — E a qualidade?

O Orador: — Temos de trabalhar no sentido de ver o que se passa nessa matéria. Portanto, o que temos de ver é a duração dos cursos. E reparem, Srs. Deputados, os Portugueses, para além de terem um curso de cinco anos, só 39 % dos alunos acabam o seu curso em cinco anos; 29 % acabam-no em seis e outros 19 % em sete. Conclusão: em média, um estudante português anda no ensino superior sete anos.

Ó Sr.ª Deputada, vamos acabar com isso!

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Como, Sr. Ministro?

O Orador: — Nós ensinaremos!

Um outro aspecto que foi aqui referido foi o da defesa da língua portuguesa. E tenho de confessar que desconhecia o cartão que o Sr. Deputado Lino de Carvalho referiu. Julgo que esse cartão é de uma empresa que ganhou um concurso.

No entanto, há uma coisa que gosto de ver, é que, realmente, o francês do Sr. Deputado é bom. É mais um deputado preparado para entrar na Comunidade Económica Européia.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Os agricultores não sabem francês, Sr. Ministro!

O Orador: — Srs. Deputados, não podemos insultar os agricultores portugueses, porque dizer que todos os agricultores portugueses são analfabetos é um exagero!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que defendemos é a língua portuguesa. E foi nesse sentido que foi aprovado, recentemente, em Conselho de Ministro, o Instituto Camões. Este Instituto pretende divulgar a língua portuguesa pelo mundo, nomeadamente nos países da Comunidade, na Europa e nos países africanos.

No que diz respeito às verbas, parece-me que os Srs. Deputados da oposição, nomeadamente os do PS, quando receberam a proposta de lei do Orçamento, ficaram um pouco desarmados. Se já tiveram tempo para ver a proposta do Orçamento...

Vozes do PS: — Ainda não temos!

O Orador: — Isso é capaz de ser um problema interno da bancada do PS. Mas sei que o Orçamento do Estado já foi apresentado pelo Ministro das Finanças, na passada segunda-feira. Se ainda não o têm, vão tê-lo com certeza. E quando o lerem vão verificar o grande empenho do Governo no sector da educação.

Vamos gerir o Orçamento com rigor — e sublinho-o, porque queremos trabalhar, efectivamente, com rigor — porque não queremos desperdiçar o dinheiro dos Portugueses. Aliás, já tem o Ministério da Educação uma parte do Orçamento do Estado que ultrapassa os 20 %. Isso dá-nos uma grande responsabilidade na manter como gerir o Orçamento. Temos de ter um enorme rigor! E temos

de ter um enorme rigor para ter dinheiro, não vamos esbanjá-lo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, houve quem mencionasse o problema das escolas ligadas aos ensinos artístico e tecnológico. Gostava de referir que o ensino artístico e tecnológico é um aspecto do ensino que nos preocupa muito, porque, tendo esse tipo de ensino acabado em 1974 ou 1975, neste momento temos de o recuperar rapidamente. Se olharmos para o que se passa na Alemanha, verificamos que cerca de 50 % dos estudantes passam pela via chamada tecnológica, artística e profissional. Temos de dignificar o ensino tecnológico, de dar à juventude portuguesa capaz de se envolver neste tipo de projecto os instrumentos necessários, de forma a pôr Portugal cada vez mais à frente e dar aos Portugueses um melhor nível de vida. Mas, para isso, temos de, efectivamente, apostar também nas escolas de formação tecnológica.

Julgo que o Ministério da Educação, através do GETAP, tem feito um bom trabalho nessa matéria e continuaremos a fazê-lo e a dar importância a essa área. Não podemos esquecer que, nos próximos *curricula*, a área tecnológica e artística é praticamente estendida a todas as escolas do ensino secundário.

Accito a sugestão do Sr. Deputado Correia de Campos sobre as bolsas de empréstimo. Já estamos a trabalhar nessa matéria há muito tempo, mas não gostamos de fazer promessas vãs.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando soubermos o que vai acontecer, teremos muito gosto em dizer-lo.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Trata-se de uma postura de rigor e seriedade!

O Orador: — Foi aqui referido, nomeadamente pelo Sr. Deputado Manuel Sérgio, o problema dos professores provisórios, que está ligado ao despacho recentemente emitido.

É verdade que esse despacho veio resolver uma situação difícil que existia. Posso até acreditar que ele não terá resolvido 100 % das situações, mas já ficarei muito satisfeito se, com aquele despacho, se resolverem 90 ou 85 % das injustiças que existiam em relação aos professores provisórios. Portanto, penso que terá sido um bom início conseguirmos resolver uma situação de injustiça em que esses professores se encontravam.

Iremos tomar mais medidas, mas agrada-me que a primeira medida tenha sido no sentido de fazer justiça a esses professores, que jamais tinham possibilidade de entrar no quadro, sendo todos os anos, cada vez mais, arrastados para o desemprego e para a periferia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Drogas...

Risos do PS.

Não fui eu que disse, foi o Sr. Deputado José Apolinário.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Drogas é o que está a ser isto!

O Orador: — A droga e a toxicodependência são uma área que não diz apenas respeito ao Ministério da Educação. Estamos a trabalhar conjuntamente com outros ministérios e existe o projecto «Vida», cujo mérito é reconhecido a nível da Comunidade Europeia, e que, em 1992, vai ter mais verbas e mais capacidade de resposta para este problema.

O Sr. José Apolinário (PS): — Mas o orçamento do Ministério da Educação não diz isso!

O Orador: — Também não nos podemos esquecer do que o PIPSE tem feito...

A Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt (PS): — O Sr. Ministro enganou-se no programa!

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — O PIPSE não é contra a droga!

O Sr. José Apolinário (PS): — O Sr. Ministro está a zero nesta matéria!

O Orador: — ... e, com certeza, que o próximo programa que vamos iniciar, ou seja o programa «Educação para Todos», vai ter bastante influência sobre essa matéria.

O problema da droga, em meu entender, está um pouco relacionado com o sucesso escolar e com a política que queremos para a escola. Queremos o melhor para a escola, porque uma escola de sucesso é, certamente, uma escola onde não há droga. É impossível haver droga onde há sucesso.

*Aplausos do PSD.*

A intervenção do Sr. Deputado António José Seguro até parece dizer assim: antigamente nós ficávamos todos satisfeitos por podermos dizer que não havia dinheiro, agora, que parece que vai haver dinheiro para a educação, é uma pena. Isso corta-nos logo qualquer possibilidade de fazermos aqui um conjunto de afirmações sem sentido.

No que se refere ao intercâmbio de jovens na Europa, toda a gente já sabe que ele vai ser maior e até já há directivas que obrigam o reconhecimento de diplomas.

*Vozes do PS:* — Onde é que está isso?

O Orador: — Poder-lhe-ei dizer mais tarde.

Ó Sr. Deputado, isso é verdade! Toda a gente sabe que haverá reconhecimento de diplomas e não é só com Portugal e com a Dinamarca, é com os 12 países da Comunidade Europeia.

Também foi aqui referido um aspecto que se prende com o aumento de espaço nas universidades. É exactamente isso que queremos proporcionar.

O pouco tempo que tive para fazer a intervenção que tinha preparado levou-me a cortar parte dela, mas posso dizer-lhe agora que nós, através do programa PRODEP, vamos gastar no ensino superior mais de 45 milhões de contos em obras e novos estabelecimentos, para muitos dos quais já existem contratos, o que, com certeza, vai ter um impacte muito grande. E Coimbra é uma das universidades que vai ter um aumento significativo de área.

O Sr. António José Seguro (PS): — Esperemos!...

O Orador: — O Sr. Deputado Manuel Queiró falou do ensino superior privado e público. Nós planeamos — obviamente que são os Srs. Deputados que vão analisar o Orçamento do Estado e que sobre ele terão a última palavra, portanto esperemos que apoiem as verbas que estão para a educação —, repito, nós planeamos duplicar as verbas para o ensino particular, portanto, isso mostra que apostamos na liberdade do ensino.

Há, contudo, aqui um aspecto sobre o qual gostaria que se debruçasse: temos de ter muito cuidado, pois não podemos incentivar o ensino privado, de forma a acabar por ser público. Privado é privado, público é público!

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS): — Então criem um ensino público em condições!

O Orador: — De qualquer forma, temos uma verba significativa para essa área.

Deu-me a impressão de que o Sr. Deputado se iria referir ao ensino superior e à sua qualidade. Quanto a isso, posso afirmar que apostamos na qualidade, quer se trate do ensino superior privado quer do ensino superior público, e vamos tomar medidas para a verificar.

Sr. Deputado Miranda Calha, lamento que o Sr. Secretário de Estado Adjunto não tenha podido ouvir a sua pergunta, pois teve de ir tratar de assuntos ligados com o Instituto Camões, mas o que defendemos é que os estudantes tenham educação física e também muita actividade extracurricular, nomeadamente ao nível do desporto, dos clubes de informática, dos clubes europeus para divulgação do espírito europeu, dos clubes de jornalismo e de todo um conjunto de actividades extra-escolares que têm de existir na escolas.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Maria Bettencourt dá-me a impressão de que não acredita na escola, pois diz que nela tudo está mal.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt (PS): — Acredito, acredito! Conheço bem a escola, o Sr. Ministro é que não!

O Orador: — É o contrário. Temos de escolher o melhor para a escola e acreditar nela, pois, acreditando, será o primeiro movimento no sentido de a tornar melhor. Queremos melhores professores na escola, alunos satisfeitos e escolas de qualidade.

*O orador reviu.*

A Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt (PS): — Mas ainda não disse como...

O Sr. José Apolinário (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Apolinário (PS): — Para interpelar a Mesa sobre a organização dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que escuto, Sr. Deputado?

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Para interpelar a Mesa no sentido de esclarecer o Sr. Ministro.

**O Sr. Presidente:** — Nesse caso, o seu pedido tem precedência em relação ao do Sr. Deputado José Apolinário, pelo que tem a palavra.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — É para dizer ao Sr. Ministro que os números que citei...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Lino de Carvalho, desculpe esta interrupção, mas só lhe darci a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, isto é, para o Sr. Deputado se pronunciar sobre uma decisão que a Mesa tenha tomado ou sobre a organização dos trabalhos.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Pedi a palavra para transmitir ao Sr. Presidente e, através da Mesa, à Câmara que os números que citei há pouco sobre o nível de instrução dos produtores agrícolas portugueses vêm explicitados numa publicação do Ministério da Agricultura, *Agricultura Portuguesa em Números*, onde se lê: «nível de instrução dos produtores — com habilitações superiores à 4.<sup>a</sup> classe, 5 %».

**O Sr. Presidente:** — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Apolinário.

**O Sr. José Apolinário (PS):** — Sr. Presidente, formulci várias perguntas a que o Sr. Ministro respondeu, mas não abordou três delas, nomeadamente quais as estratégias políticas que pensa adoptar, a questão da procura e se a matéria legislativa sobre verbas resultantes da apreensão do tráfico de droga são ou não para aplicar no domínio da educação.

Nesse sentido, solicito ao Sr. Presidente que me informe se algum dos Srs. Secretários de Estado está inscrito para usar da palavra, porque certamente será um secretário de Estado a responder à pergunta que formulei ao Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Couto dos Santos):** — Sr. Presidente, peço a palavra também para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, quero recordar à Mesa que o Governo respeitou o Regimento. Portanto, se há alguma pergunta a fazer, há outras figuras regimentais que poderão ser utilizadas.

**O Sr. Presidente:** — Ainda não terminaram as inscrições mas, neste momento, não há nenhum membro do Governo inscrito para intervir no debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Após o debate de um Programa de Governo deliberadamente vago e omisso e um silêncio profundo, cortado aqui e além por declarações, intrigantes umas, preocupantes outras, da parte de membros do Governo, temos hoje o encargo de debater

aqui, publicamente, os traços fundamentais da política delineada pela nova equipa do Ministério da Educação.

Não formulamos juízos de valor a partir da pouca competência dos actuais responsáveis pelo Ministério em debater ou explicitar claramente as grandes linhas da sua governação. Não retiramos qualquer ilação baseada em estilos de actuação deste ou daquele membro do Governo. Colocamos a questão noutros termos: a mudança completa da equipa ministerial e o silêncio, após quatro anos de palavroso auto-elogo, são um sintoma evidente da falência declarada da política educativa até ao momento seguido pelo PSD.

Os anos de 1989, 1990 e 1991 foram repetidamente proclamados como anos de intensa recuperação dos nossos atrasos educativos. Seriam anos de expansão. Anunciaram-se programas, fizeram-se compromissos solenes. Criticou-se sobranceiramente o ceticismo da oposição. Afirmaram-se números, aumentados semana a semana, de metas cumpridas e ultrapassadas. Introduziram-se alterações e experiências da forma mais irresponsável e autoritária. Introduziu-se a falsificação e a mentira como postura governativa habitual, até que a situação se tornou insustentável.

Em 1992, ano em que supostamente estariam recuperados todos os nossos atrasos, estamos confrontados com uma reforma educativa falhada, com situações de ruptura, com problemas estruturais nunca resolvidos e em vias de agravamento, com perspectivas de actuação por parte do Governo que constituem motivo justificado de preocupação.

O rotundo falhanço da reforma educativa PSD/Roberto Carneiro, implicitamente reconhecida embora não admitida pelo próprio Governo, impõe que se adoptem medidas que retomem o curso de uma reforma educativa democrática, de acordo com os valores, princípios e objectivos contidos na Lei de Bases do Sistema Educativo aqui aprovada há mais de cinco anos.

No entanto, a política que o actual Ministro revela prosseguir, em vez de apontar para a superação dos mais graves problemas existentes, aponta para falsas soluções, para a acentuação das injustiças e para o agravamento das carências e dos desequilíbrios do sistema educativo.

Os estabelecimentos particulares de ensino especial ameaçam encerrar no próximo dia 12 de Fevereiro se o Governo não alterar as condições insustentáveis que foram impostas para o seu funcionamento, por portaria publicada em Outubro do ano passado e que tem urgentemente de ser revista. Sobre isto, nada foi dito hoje por parte do Ministro da Educação.

Continuam as situações de injustiça que afectam desigualmente os professores provisórios com habilitação científica, os professores aposentados e, em geral, todos os professores a quem o Governo nega os vencimentos a que têm direito, de acordo com o estatuto remuneratório estabelecido em 1989.

Anuncia-se um aumento de encargos para os estudantes e as famílias resultantes da abolição da taxa zero do IVA sobre os livros escolares.

Continua o injusto sistema de acesso ao ensino superior baseado na PGA e no *numerus clausus* para o ensino superior público, que o Governo insiste em manter, apesar da contestação generalizada que tem sido oposta a este sistema e da convicção social hoje existente de que este regime tem de ser alterado pela base.

Até ao momento, o Governo PSD ignorou a necessidade de promover a gratuitidade real do ensino básico e a gratuitidade progressiva dos restantes graus de ensino.

Reduziu a reforma curricular a uma mera revisão de conteúdos programáticos, adiando *sine die* a concretização de algumas das principais novidades como a área-escola. Impôs um modelo de gestão escolar inspirado em princípios autoritários de direcção, que marginaliza a participação dos jovens, secundariza a dos professores e começa a revelar-se inaplicável. Avançou com uma reforma desordenada, por peças separadas, mas não cuidou de apoiar as escolas e os professores envolvidos na experimentação dos novos programas, nem de avaliar rigorosamente essa experimentação.

A gratuitade real dos nove anos de ensino básico é obrigatório continua sem concretização. Grande número de disposições do Estatuto da Carreira Docente continuam por regulamentar. As condições de trabalho nas escolas e as próprias escolas continuam a degradar-se. Continua por criar um sistema de formação contínua de professores. Mantém-se a péssima taxa de cobertura da educação pré-escolar. É deixado ao abandono o ensino especial. É eliminada administrativamente a expressão pública de insucesso escolar, traduzida nas reprovações, sem que sejam combatidas as causas reais do insucesso.

O recente despacho sobre a avaliação dos alunos do ensino básico obrigatório não só não é um factor de sucesso escolar enquanto verificação de efectivas aprendizagens, como pode mesmo vir a promover, em formas mais extensas, o fracasso dos alunos e do próprio sistema. O novo sistema de avaliação aponta para uma estratégia que visa assegurar o êxito burocrático da reforma educativa sem ter de promover o seu êxito social e o sucesso efectivo dos estudantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos passar esta oportunidade sem uma referência, ainda que forçosamente breve, às orientações do actual Governo em matéria de política desportiva, que é, como se sabe, da responsabilidade essencial do Ministério da Educação.

Após ter feito aprovar nesta Assembleia uma Lei de Bases do Sistema Desportivo que não corresponde minimamente às necessidades da dinâmica actual do desporto português e que contribui para manter o subdesenvolvimento deste sector, o Governo PSD optou por uma política de fachada, com consequências profundamente negativas para o desporto nacional.

Proclamou o ano da ética desportiva e assinalou-o com jogatinas de futebol envolvendo os membros do Governo, indiferente ao alastrar de fenómenos negativos, como a corrupção e a violência no desporto.

Proclamou um Estatuto da Alta Competição que nunca saiu do papel, continuando os jovens dotados com talentos excepcionais para a prática desportiva a ter de optar entre prejudicar o desporto, ou prejudicar o emprego ou os estudos. Fez sua a bandeira do desporto escolar, esquecendo o grande número de escolas que não tem quaisquer instalações nem para a prática da educação física, nem para o desporto escolar e que continua a não haver educação física no 1.º ciclo do ensino básico. Mantém um *deficit* de instalações desportivas avaliado em centenas de milhões de contos e prometeu uma Nave Desportiva do Jamor, que já foi sucessivamente inscrita e riscada do Orçamento do Estado e nunca passou do projecto, sendo de novo repescada para o Programa do actual Governo.

O Governo PSD não apoia o desporto nacional, não garante um mínimo de condições aos agentes desportivos, promove um investimento ridículo no sistema desportivo, mas associa-se sistematicamente a êxitos desportivos que

não lhe pertencem e que resultam exclusivamente do esforço de atletas, técnicos e dirigentes.

O actual Governo dissolveu grupos de trabalho para criar outros. Meteu na gaveta estudos que continham propostas construtivas, paralisou o desenvolvimento da Lei de Bases do Sistema Desportivo e reuniu há escassas semanas com as federações olímpicas para analisar o estado de preparação dos Jogos Olímpicos de Barcelona. Para concluir que, da parte do Governo, está tudo por fazer, num momento em que os jogos estão à porta e se torna necessário começar a preparar, não os de 1992, mas os de 1996.

Em sessão pública de homenagem ao professor Mário Moniz Pereira por ocasião do seu 70.º aniversário, o Ministro Roberto Carneiro anunciou a sua nomeação para presidir à comissão instaladora do Centro de Alto Rendimento Desportivo, como prova de apreço para com a competência, dedicação e capacidade demonstradas pelo homenageado ao serviço do desporto nacional. Foi anunciado recentemente que, afinal, o Centro de Alto Rendimento Desportivo não passará, por enquanto, do papel. É uma má notícia para o desporto português e é uma indignidade que um homem com o prestígio e com a estatura desportiva e humana do professor Moniz Pereira seja tratado desta forma por governos que tomam e anulam decisões ao sabor da mais completa irresponsabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os problemas do ensino superior, o seu financiamento e o sistema de apoio social aos estudantes assumem particular actualidade, à luz de declarações e anúncios recentes por parte do Governo. O Ministro da Educação anunciou ao País que vão ser aumentadas as propinas dos alunos dos estabelecimentos públicos do ensino superior. As razões invocadas são as dificuldades financeiras das universidades, o facto de as propinas serem baixas, de não aumentarem há muitos anos e de esse aumento possibilizar uma maior «justiça social».

É esclarecedor dos verdadeiros propósitos do Governo que o Ministro da Educação venha falar em aumentos de propinas no ensino superior público, no exacto momento em que o Ministro das Finanças apresenta ao País uma proposta de Orçamento do Estado que prevê um escandaloso aumento de receitas fiscais de 674 milhões de contos.

Constítui, além disso, uma refinada hipocrisia que um Governo, cuja política tem sido responsável pelo profundo agravamento das desigualdades na sociedade portuguesa, invoque objectivos de «justiça social» para proceder a aumentos brutais das propinas dos estudantes.

Outro aspecto que importa esclarecer é que o Governo não tem em mente uma simples «actualização» das propinas, como foi publicamente referido. São conhecidos estudos de carácter oficial que propõem que «as receitas das propinas assegurem parte significativa do financiamento do ensino» e têm sido perspectivados números que chegam às centenas de contos anuais para quem frequente um estabelecimento público de ensino superior. Quando o Ministro da Educação refere o objectivo de «trazer o valor das propinas para o valor real», sem revelar números, é a um montante dessa ordem de grandeza que, de facto, está a referir-se.

Não podem, pois, deixar de ser vivamente denunciadas as concepções subjacentes ao anúncio feito pelo Ministro da Educação, no sentido de o direito à educação ser reduzido à categoria de despesa, em vez de ser considerado um investimento social, e de o ensino constituir

um privilégio individual, em vez de representar um decisivo factor de desenvolvimento económico, social e cultural!

As teorias do «valor real» e da mercantilização dos saberes e da formação, a prevalecerem, não significariam nenhum avanço no sentido do indispensável aperfeiçoamento do sistema e do aumento da qualidade do ensino. É certo que representariam um brutal e histórico retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português, em particular da juventude, e um grave passo no sentido de uma elitização maior do ensino superior.

Num país em que apenas 10 % do total dos alunos universitários recebem uma bolsa de estudo, cujo valor mensal pouco excede em média os 10 contos, não é difícil de imaginar as consequências que teriam os aumentos «progressivos» das propinas que o Governo quer levar à prática, apesar das fartas, mas vagas, promessas do Ministro no plano da acção social escolar.

Deste modo, o conceito de «justiça social» que o Ministro utiliza pode assim ser resumido: quem puder pagar o aumento das propinas paga, quem não puder... não estuda! A menos que o estudante, ou a sua família, em desespero de causa, decidam entregar-se nas mãos do sistema «estude agora, pague depois», que as instituições de crédito aparecem agora com frequência a «oferecer».

No que respeita às dificuldades financeiras das universidades, importa referir que elas são fundamentalmente da responsabilidade do próprio Governo, pelo insuficiente nível de investimento no ensino superior público em Portugal, em comparação com o que se regista noutros países. Mas não passa igualmente sem referência e denúncia o facto de o Governo, nos últimos anos, estar a estrangular financeiramente os estabelecimentos públicos do ensino superior para dessa forma obrigar as universidades a procederem, elas próprias, ao aumento brutal das propinas e arcar com a impopularidade de tal medida.

O PCP condena vivamente o propósito do Governo de proceder a aumentos brutais das propinas do ensino superior público, manifesta o seu apoio a todos os que têm vindo a exprimir o seu desacordo e protesto perante tal medida e sublinha a urgência da adopção de medidas que reforçem efectivamente o apoio social aos estudantes.

*Aplausos do PCP e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Mais uma vez o PSD reafirma que a educação é uma prioridade inquestionável da sua acção política. Essa prioridade foi ultimamente reforçada pelos compromissos eleitorais assumidos em Outubro e pelo Programa do Governo que os consubstanciou. O Orçamento do Estado esta semana apresentado dá-lhe, mais uma vez, concretização. Mas a referida prioridade resulta da razão mesma de toda a actividade política: a promoção do bem comum e do respeito da dignidade de cada pessoa, a criação de condições que permitam a todos o acesso ao bem-estar e que cada pessoa em liberdade possa escolher e construir o seu próprio caminho para a felicidade.

Vou debruçar-me sobre as razões desta prioridade, que são as mesmas que levam a comunidade nacional a consagrar uma parte significativa dos seus recursos à educação,

que, na feliz expressão de António José Saraiva, é o «problema central da Nação».

Não ignoro que nas sociedades de hoje o desenvolvimento integral depende do nível educativo das respectivas populações e da sua capacidade em utilizar as novas tecnologias. Talvez mesmo alguns países muito desenvolvidos pudessem procurar na deterioração recente do seu nível educativo uma das causas da perda de posições relativas perante outros. Mas não posso olhar o sistema do ensino, muito menos o sistema educativo, como mero agente produtor de capital humano.

Uma vez que a educação parte da cultura para a cultura, como afirmou há muito Leonardo Coimbra, os seus objectivos têm de ser mais vastos. Recuso a concepção colectivista que vê a educação como produtora de peças humanas para máquinas sociais concebidas e dirigidas pelo Estado. Mas recuso igualmente a concepção individualista que tende a ver na educação um meio que permite o triunfo individual dos supostamente mais capazes.

Os grandes princípios, bebidos nas raízes da nossa formação enquanto comunidade nacional e que estão consagrados na nossa Constituição, não resultam da dialéctica indivíduo/sociedade. Proclamando a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, considera a Constituição a educação como o modo de aprender a ser e tem em conta que a pessoa é também uma alteridade que inclui uma relação de solidariedade com os outros homens.

Como um ilustre Deputado do partido interpelante, Deputado Oliveira Martins, escreveu recentemente, penso que são nefastas as perspectivas que olham a educação como uma simples preparação para a vida em lugar de a ver como expressão da própria vida. Acrescento as minhas razões: por um lado, a educação prolonga-se ao longo de toda a vida; por outro, os jovens devem ser, desde a escola, chamados a participar na construção e aperfeiçoamento da própria sociedade.

A educação tem por objectivo guiar cada homem ao longo de toda a sua vida, no seu desenvolvimento integral enquanto pessoa, capaz de adquirir conhecimentos e de aderir a valores, de apreciar, agir e inovar, de adoptar o património da comunidade e de, ele próprio, o enriquecer. Deste modo, se o aspecto utilitário (chamemos-lhe assim) da educação — a capacidade para exercer uma profissão — não deve, evidentemente, ser desdenhado, o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade em todos os seus aspectos, e tendo em conta as suas potencialidades e interesses, é que é o essencial.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Se, como espero, ao longo desta interpelação e ao contrário de que até este momento fizeram os Srs. Deputados do partido interpelante ultrapassarem aquilo a que eu chamaria o imediatismo tecnicocrático e não se limitarem a reclamar mais dinheiro para isto e para aquilo, estou certo que poderemos chegar a alguns pontos de convergência.

E que a política não se pode esgotar no enunciado de um elenco de necessidades — que todos, aliás, conhecemos: essa é uma atitude mais própria dos técnicos do que dos políticos. Só o pensamento e os valores dão coerência à acção política em geral e, evidentemente, à acção educativa. Só à sua luz é possível fazer uma hierarquização das carências, dos problemas, das prioridades, atribuindo com critério os recursos, por natureza limitados, aos mais importantes ou urgentes.

Na verdade, o que distingue a política da técnica ou das ciências sociais, da sociologia ou de outras, é a capacidade de optar.

Ora entre os vínculos que fundamentam a comunidade está justamente a intencionalidade axiológica. Assim, a cooperação entre os homens resulta do reconhecimento dos valores comuns que têm de enformar a relação educativa.

Claro que contesto, como Francisco Sarsfield Cabral e tantos outros, a distinção que fazem os individualistas liberais entre valores processuais ou instrumentais, por um lado, e valores substantivos, por outro. Perante estes últimos teria de haver uma estrita neutralidade. A verdade é que a própria accitação das regras de jogo em democracia implica, ela própria, «a adesão a um mínimo de valores de fundo, substantivos», como sejam: a dignidade da pessoa, o respeito da sua autonomia, a importância da paz, etc.

A Constituição consagrou valores substantivos, indiscutíveis, fortemente enraizados na comunidade nacional e que devem inspirar toda a acção educativa: além do primado da pessoa, referirei os direitos do homem, a liberdade, a justiça, a solidariedade e a igualdade de oportunidades.

No entanto, devo esclarecer que não tenho dos valores que referi uma visão estática, uma vez que, em cada época, pode variar a forma por que inspiram a vida e o seu elenco pode ser enriquecido com novos valores, que venham reflectir os avanços e as esperanças de cada comunidade.

Foi, por exemplo, a extraordinária sensibilidade dos jovens às questões ambientais que contribuiu decisivamente para a efectiva accitação do direito ao ambiente como valor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta capacidade de inovação é uma das muitas razões que me leva a afirmar que a educação de hoje ou é participada ou não é educação.

Se o reforço da identidade nacional terá de estar sempre presente como referência permanente, como se refere no Programa do Governo, o estímulo à capacidade criativa e inovadora de cada um é tão importante como a igualdade de oportunidades. Desta capacidade inovadora resulta o direito à diferença, consagrado no artigo 3.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, que é expressão do carácter único e irrepetível de cada pessoa, que, logo na escola, começa a dar o seu contributo original para a comunidade.

Sei que os restos da mentalidade jacobina e centralizadora levam alguns a ter em pouca conta as diferenças entre pessoas ou outras especificidades, por exemplo, regionais. Mas, para mim é evidente que as instituições, como as escolas públicas, devem espelhar o pluralismo e a variedade, evitando sempre as tentações uniformizadoras.

No entanto, é igualmente claro que a liberdade de aprender e de ensinar não se esgota aí. A afirmação do direito dos pais, das famílias, das igrejas e outras entidades de criarem e mantêm estabelecimentos de ensino próprios e reconhecidos é hoje pedra de toque das democracias modernas e está consagrado nos pactos internacionais e europeus dos direitos do homem.

Também na educação o Estado não deve nem pode fazer tudo ou quase tudo mas sim reconhecer e apoiar as iniciativas criadoras dos cidadãos e da chamada sociedade civil, não esquecendo que o princípio da subsidiariedade é fundamental para limitar a sua acção.

É claro que a igualdade de oportunidades no acesso aos vários tipos de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares deve ser assegurada para que a própria liberdade de aprender não seja coarctada por razões económicas ou sociais.

Como o Sr. Ministro da Educação já referiu, o valor fundamental que é a justiça social tem de impregnar o conjunto do sistema educativo. Por isso, o Governo se propõe alargar e reforçar a acção social escolar e corrigir um velho estado de coisas inspirado num pretenso igualitarismo que, como todas as intervenções do Estado com semelhante desiderato, engendrou efeitos perversos que, muitas vezes, acabam por beneficiar, por novas formas, os mais favorecidos. Não basta, pois, a intenção, também a ética de responsabilidade impõe a atenção às consequências das acções desenvolvidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que, se a educação der cada vez mais relevo aos valores da comunidade e estimular as capacidades criativas, atrairá uma cada vez maior participação das comunidades locais, regionais e nacionais no processo educativo, em geral, e em cada escola, em particular, que, progressivamente, sentirão como suas. A educação deve ser «uma obra conjunta em que todos deverão intervir», como disse Leonardo Coimbra, e só a escola participada é a escola de democracia que interessa a todos os cidadãos.

A prioridade à educação é, pois, uma exigência nacional, decorrente dos valores fundamentais aceites e consagrados na Constituição. Dcla decorrem, e isso consta do Programa do Governo, a necessária modernização do sistema educativo nacional e a valorização, dignificação e responsabilização dos docentes.

Por outro lado, ela exige o redimensionamento, a racionalização dos recursos e a avaliação posterior do seu aproveitamento e pressupõe o estímulo decidido à qualidade da educação — mas a qualidade não se decreta, não se consegue com um passe de mágica. É, pois, evidente que ela depende, sobretudo, do trabalho constante, permanente e persistente e da vontade de todos e de cada um.

Pressupõe, ainda, o estímulo à criatividade, à inovação, ao diálogo, bem como à criação de condições de segurança e de bom ambiente nas escolas — e quanto a este ponto julgo que todos estaremos 100 % de acordo — e exige o pluralismo, nos termos acima referidos, garantindo a igualdade de oportunidades na escolha da escola pública, particular ou cooperativa.

Mas é claro que exige também, e disso estou bem consciente, para que a educação seja humanista, como preconizamos, o termo progressivo de situações que põem em causa os direitos da pessoa e que incluem, naturalmente, entre muitos outros, os casos de dependência da droga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É fácil resolver os problemas no papel, por despacho, por decreto. Mas os reformistas sabem onde levam as perfeições escritas e as sociedades perfeitas, descritas em livros utópicos e transpostas para diplomas com força legal.

Na verdade, a melhoria progressiva do sistema educativo só será possível com trabalho constante e generalizado, partindo do dado elementar de que não há soluções mágicas ou repentinhas para todas as carências. Aliás, foi assim que o anterior Governo do PSD actuou e é com persistência na resolução de situações incompatíveis com os valores em que acreditamos que vamos atingir o essencial.

Para nós, e em conclusão, o essencial é a afirmação da nossa identidade nacional no mundo, a valorização da língua portuguesa como elemento constituinte e aglutinador dessa identidade e a criação de condições para que cada português possa trilhar livremente, desde a escola, os

caminhos do seu próprio direito à felicidade, dando a sua contribuição para a construção de uma sociedade cada vez mais livre, mais solidária e mais fraterna, que, estou certo, todos desejamos.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimentos os Srs. Deputados Oliveira Martins e Manuel Queiró.

Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Martins.

**O Sr. Oliveira Martins (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Roseta, é pena que o Sr. Ministro da Educação não tenha assistido ao discurso que acaba de ser feito.

Se, por um lado, o discurso do Sr. Ministro da Educação foi vago, genérico, decepcionante — aliás, quase parecia que não havia Lei de Bases do Sistema Educativo e que não estamos no decorrer da aplicação de uma reforma —, por outro o do Sr. Deputado Pedro Roseta contrasta pelo apelo aos valores, à renovação e à apostila clara nos recursos humanos.

Sr. Deputado, gostaria que me esclarecesse sobre qual a interpretação que dá a dois silêncios do discurso do Sr. Ministro da Educação, a meu ver comprometedores: um reporta-se à árca de formação pessoal e social, sobre a qual nem uma palavra se disse; outro é relativo à dimensão europeia da educação, sobretudo no momento em que, após Maastricht, a educação passa a ter de ser considerada como um ponto importante na política europeia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Pedro Roseta, havendo mais um orador inscrito para pedir esclarecimentos, V. Ex.<sup>º</sup> deseja responder já ou no fim?

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — No fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS):** — Sr. Deputado Pedro Roseta, a sua intervenção foi, de facto, centrada no apelo aos valores e com certeza que, apesar de ser uma exposição teórica, foi apreciada por todos.

O Sr. Deputado é, decerto, a voz mais autorizada da sua bancada sobre matérias de educação, só que estamos num debate sobre política educativa conduzida pelo Governo e, por isso, a minha pergunta tem o sentido de tentar trazê-lo para esta matéria.

V. Ex.<sup>º</sup> referiu que os políticos se distinguem dos técnicos, porque fazem opções, nomeadamente sobre a afectação de recursos necessariamente escassos. Bom, mas a afectação destes recursos feita por este Governo para a educação está agora consumada com a apresentação do Orçamento do Estado.

Assim, devemos supor que essa afectação de recursos não foi feita pelo Sr. Ministro das Finanças mas, sim, por opções tomadas pelo Sr. Ministro da Educação.

Com efeito, o Sr. Ministro terá feito as suas opções, embora não se deprecenda inteiramente da sua exposição inicial — que, aliás, foi vaga — quais foram.

Gostaria, pois, de saber se a sua bancada está perfeitamente ciente do sentido político dessas opções, se as conhece já há bastante tempo e qual a apreciação que faz sobre o essencial dessas opções.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Deputado Oliveira Martins as referências amáveis que fez à minha intervenção.

No que respeita à intervenção do Sr. Ministro da Educação, devo dizer-lhe que não vi em qualquer das intervenções que ele proferiu, quer a que fez na Comissão de Educação, Ciência e Cultura quer a de hoje aqui em Plenário, qualquer esquecimento do homem e dos recursos humanos, isto utilizando a sua expressão que, aliás, não é a minha preferida.

Os deputados do PS têm o hábito de querer ver tudo tratado ao mesmo tempo!... Bom, o Sr. Deputado disse que o Sr. Ministro da Educação não tinha referido a dimensão europeia da educação mas devo lembrá-lo de que já o fez, longa e abundantemente, quando há dias se deslocou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, respondendo a questões colocadas por um deputado do PSD.

Portanto, as suas questões estão desde já respondidas, pois não é materialmente possível numa intervenção com tempo limitado falar de tudo. O mesmo direi da área de formação pessoal e social que, como sabe, e isso transpareceu da minha intervenção, muito me interessa.

Julgo que não se pode cair nesse vezo de querer que se trate uma matéria tão vasta, como é a da educação, em todos os seus domínios no tempo limitado que temos.

Ora, é exactamente devido a esse erro que, depois, como alguns dos seus colegas de bancada acabam de fazer, são trazidas para o debate catadupas de questões, esquecendo-se, porventura, o essencial — e digo isto sem qualquer crítica, porque o PS tem o direito de fazer as intervenções como quiser. Mas, de facto, confundir as grandes questões, que são do foro dos políticos, sobretudo no debate em Plenário, com questões, por vezes, pontuais ou sectoriais, que poderão ser explicitadas num debate sectorial a ter lugar em comissão ou noutra sede, não é a melhor forma de abordar o tema em questão.

Relativamente ao Sr. Deputado Manuel Queiró, julgo que não se pode — aliás, o termo é seu e isso supreende-me, sobretudo, vindo da sua bancada — dizer que uma intervenção justificando as prioridades, fazendo a fundamentação nos valores, referindo questões como a da liberdade de aprender e de ensinar, e outras, concretizando-as depois, no final, se possa chamar uma exposição teórica.

Bom, é evidente que em política é sempre difícil saber onde acaba o pensamento e começa a acção, mas também num debate como este, sendo o primeiro desta Legislatura — o que alguns Deputados parecem ter esquecido, como já foi referido por colegas meus —, creio que é óbvio que se tem de partir da filosofia política e do pensamento para depois se concretizar na parte final do debate. Foi o que fiz.

Na verdade, isto é que é a política educativa, que, a meu ver, e mantendo o que disse da tribuna, não é um elenco de carência das necessidades, pois isso qualquer técnico, com todo o respeito, pode fazer.

Com efeito, a coragem que se exige aos homens políticos é, com fundamento nos valores e à luz do objectivo essencial, a da promoção da dignidade da pessoa humana, é a de ter coragem de optar e fazer escolhas, não podendo, como alguns parecem querer, fazer tudo ao mesmo tempo, porque isso não é escolher; isso é, na pior das hipóteses, fazer demagogia ou, na melhor das hipóteses, comportar-se como um técnico e não como um político.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — No que respeita à questão sobre o Orçamento — e porque já gastei tempo demais ao meu grupo parlamentar — vou deixar a resposta para depois, uma vez que ela é, claramente, uma antecipação do debate que dentro de dias vamos iniciar.

Na verdade, eu ou outros meus colegas de bancada teremos de apreciar essa afectação de recursos do Orçamento no momento próprio, pelo que não devemos antecipar as coisas.

Sr. Deputado Manuel Queiró, não queira cair no erro de misturar tudo e chamar tudo à colação. O tratamento desse tema terá lugar em momento posterior quando se iniciar, dentro de dias, o debate em Plenário do Orçamento do Estado para 1992, altura em que estaremos disponíveis para abordar a questão que agora coloca.

Porém, desde já lhe digo que a verdade é que a escolha da educação como prioridade continua a ressaltar claramente, como disse, da proposta de Orçamento do Estado que recebemos. Isso é que é importante! É a consciência, que se generaliza e que ninguém discute, de que a educação é a prioridade das prioridades ou a prioridade absoluta, para que, ao atingir aqueles objectivos — que não vou repetir e que constavam do fim da minha intervenção —, Portugal e os Portugueses possam ter a felicidade e o lugar que merecem no mundo dos nossos dias.

*O orador reviu.*

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

**O Sr. António Martinho (PS):** — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados: Mais de dois meses já são passados sobre a apresentação e aprovação do Programa do XII Governo e continuamos sem poder vislumbrar qual a orientação desta nova equipa do Ministério da Educação, quais as políticas a implementar nesta área, quais as iniciativas do anterior Ministério que terão continuidade e, ainda, quais as que serão abandonadas e em favor de que novas medidas.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O que podemos constatar constatam-no já também os alunos, os pais e encarregados de educação, os professores, enfim, todos aqueles que se sentem mais ou menos ligados às questões da educação.

Três meses será pouco tempo, dirão.

Responder-lhes-ei que foi o suficiente para tomar algumas decisões bem graves em termos de política educativa. No entanto, já nos foi dado saber, em recente reunião com o Sr. Ministro, que se irá dar continuidade à reforma educativa, que há preocupações de justiça social e de rigor

financeiro e que se pretende qualidade para o sistema educativo português. Óptimo.

Quando da última interpelação ao Governo sobre Educação e da iniciativa do PS, o então Ministro da Educação afirmou aqui, e cito: «[...] temos de fazer destes anos 90 [...] a década da educação e da cultura.»

Vejamos, então, o que aconteceu nas áreas mais importantes e decisivas da educação. E lembro aqui ao Sr. Ministro que ele é Ministro da Educação e não ministro do ensino superior. Facilmente se aceita a grande importância dos primeiros anos para o desabrochar das capacidades do indivíduo. É notório que as crianças que puderam aceder por um ou mais anos aos jardins-de-infância, ao chegarem à escolaridade obrigatória, se encontram em situação de vantagem.

O desenvolvimento da rede dos jardins-de-infância é, pois, uma condição para «a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar» de que fala a nossa Constituição.

Considerado um elemento essencial ao combate ao insucesso escolar, a educação pré-escolar é hoje acessível à maioria das crianças da Comunidade Europeia. Em Portugal, temos uma educação pré-escolar de qualidade, mas muito insuficiente em taxas de cobertura. Em 1987, frequentavam os jardins-de-infância 30 % das crianças portuguesas em idade pré-escolar. O Governo anterior prometeu duplicar este número. Mas ficou muito longe do desejável e bastante distante também da meta que se propôs, pois, de acordo com os últimos dados disponíveis, nem sequer atingiu os 40 %.

Gostaríamos de saber o que vai V. Ex.<sup>a</sup> fazer a este nível, tanto no que se refere ao desenvolvimento da rede como no que respeita à colocação de educadores. É que vivemos uma situação paradoxal: há educadores formados à espera de colocação; há muitas famílias à espera de que os seus filhos possam frequentar este tipo de educação. Falta o investimento na expansão e o apoio necessário às autarquias para que se possa desenvolver.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados: Também no que se refere à escolaridade obrigatória a «igualdade de oportunidades» está longe de ser conseguida. Nem o PIPSE (Programa Interministerial para a Promoção do Sucesso Educativo) lhe valeu, nem o novo despacho sobre a avaliação dos alunos, recentemente publicado, é a solução desejável.

O famigerado PIPSE, de que já aqui tanto se falou, imbuído de muito boas intenções, na maioria dos casos não terá passado de «brincar à caridezinha».

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os meios ao dispor foram escassos e diminutos e nem a boa vontade dos professores que constituíam os núcleos de apoio pedagógico conseguiu superar as suas lacunas, pois não havia nem psicólogos nem assistentes sociais. Esta era a regra, uma ou outra exceção só a confirma.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Tudo uma frustração!

**O Orador:** — Mas este programa está a chegar ao seu termo. Daí que perguntemos: está a ser devidamente avaliado? É para continuar, depois de reestruturado?

Ou vai ser substituído por verdadeiras condições de aprendizagem e sucesso nas escolas?

Continuamos a ter sobre este programa grandes dúvidas que nem as acções de aparato internacional, apresentadas como avaliação do mesmo, permitiram esclarecer. Não esquecemos que a «promoção da igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar» é uma promessa deste Governo. Daí que se lhe exija o planeamento e a execução das políticas necessárias para o conseguir.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Um observador minimamente atento facilmente encontra deficiências graves nas condições em que decorre o processo de ensino-aprendizagem nas escolas do ensino básico e secundário. Escolas, quando as há, porque ainda se podem ver salas de aula a funcionar em garagens, em compartimentos de casas de habitação, com muito poucas condições de higiene e salubridade. Alguns destes casos a constituir situações de extremo isolamento, como por exemplo escolas em aldeias com fraquíssimos acessos, sem casas de banho, sem água e sem luz, com um único professor, longe de colegas com quem possa partilhar as suas iniciativas e ansiedades pedagógicas, impossibilitado de recorrer a meios didácticos que não sejam os tradicionalíssimos e onde o Projecto Minerva e outros projectos do PRODEP nunca chegarão.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vários exemplos se poderiam apresentar como casos que conheço no distrito donde venho.

É pena, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não podermos passar aqui um filme de todas estas situações.

*Aplausos do PS.*

Mas outras situações se encontram também e de um modo especial nos grandes centros. É o caso de escolas superlotadas a funcionar em regime de desdobramento, onde os alunos se acotovelam sistematicamente no acesso à cantina, quando há cantinas, nos recreios e até para encontrar uma cadeira, já que alguns terão sempre que recorrer à sala do lado para trazerem a cadeira em que se vão-de sentar; escolas essas onde os professores dificilmente encontram, ou não encontram mesmo, um tempo disponível para realizar as reuniões de conselho de grupo ou disciplina, de conselho de turma ou tão-somente reuniões para programação interdisciplinar.

E com outras dificuldades se deparam ainda as escolas do ensino básico e secundário. Enunciarei somente a falta sistemática, em quase todas elas, de auxiliares de acção educativa assim como as restrições orçamentais a que se têm visto obrigadas desde há uns anos para cá.

Com estas condições, como se vai garantir «uma efectiva escolaridade obrigatória de nove anos», e que pensam estender a 12 anos?

Como se vai conseguir um ensino de qualidade?

No âmbito da reforma do sistema educativo está neste momento já a iniciar-se a fase de generalização da reforma curricular.

Como está a ser realizada a sua generalização e planeamento? Quais as suas linhas de força?

Admite-se, pela análise de alguns especialistas, que os novos programas são melhores que os anteriores. É o que acontece no primeiro ciclo do ensino básico, por exemplo.

Só que estes novos programas trazem exigências acrescidas a vários níveis.

Como pensa, Sr. Ministro, superar as lacunas existentes a nível da preparação dos professores, a nível do equipamento que não existe nas escolas, a nível do próprio espaço? Espera o Sr. Ministro que a capacidade criativa dos professores tudo resolva?

A formação global do indivíduo, que passa forçosamente por áreas como a «expressão e educação física-motora, musical, dramática e plástica» e pela introdução do método científico nas actividades lectivas, não se compadecce com equipamentos inadequados ou inexistentes, nem com a falta de espaços apropriados. E, por outro lado, a reforma em curso só será possível se os professores forem devidamente conquistados para ela.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados:** Para o PS, a educação é, de facto, uma prioridade. Daí a nossa atenção às propostas do Governo neste domínio assim como à forma de concretização das mesmas. Daí também as preocupações que aqui trazemos e para as quais se exige uma resposta e uma actuação em conformidade com o que o País necessita.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** A discussão do Programa deste Governo fez-se há dois meses e a educação foi entãoposta de lado. Não que não houvesse alguma curiosidade sobre os efeitos que a mudança do titular da pasta teria sobre a política educativa. No anterior Governo a educação era anunciada como uma prioridade e o anterior Ministro era ambicioso na enunciação dos seus objectivos.

Ora, em apenas duas mudanças de ministro a educação registou uma delas. Natural seria que o novo Ministro se preocupasse em revelar ao País, aos agentes do processo educativo, à Assembleia se haveria mudança nas metas, a médio e a longo prazo, anteriormente traçadas, qual a conformidade da política a seguir com o horizonte traçado na Lei de Bases do Sistema Educativo. Qual a sequência e o ritmo a imprimir à reforma em curso e, sobretudo, quais as opções governamentais em matérias sensíveis a exigirem solução mais urgente.

Já todos sabemos que não foi isso que aconteceu. O novo Ministro da Educação optou pelo silêncio, sobretudo isso, só fala quando interpelado e apenas sobre o que é interpelado. Na Assembleia, e mesmo assim em comissão, que não em Plenário, na televisão ou na rádio.

Este silêncio tem um claro significado, o Governo não mudou e não mudou por vontade do Sr. Primeiro-Ministro. Mudou o ministro da educação por vontade do antecessor e, por isso, é claramente interpelante da política cuja continuação cabe ao actual Ministro gerir.

Pois bem, o CDS encara esta iniciativa pelo valor da oportunidade que confere ao Governo, ao Sr. Ministro em particular e à Assembleia de iniciarem um processo de divulgação da forma como vai ser continuada a política para a educação. É desta forma que encaramos este debate, sem curar dos efeitos puramente políticos que o PS

possa procurar com a sua iniciativa ou do seu estilo de apontar desde já críticas sistemáticas ao actual ministério.

Esta oportunidade poderá ser tanto mais de aprovar, quanto é certo que algumas incertezas, eventualmente condicionantes da acção do Ministério da Educação, estão hoje já removidas, como é o caso da política orçamental cuja inconclusividade poderia estar a limitar a capacidade de resposta a alguns problemas a exigirem opções.

O Ministério pode hoje anunciar as suas opções em matéria de financiamento do ensino superior público, do apoio social em todos os degraus do sistema, do estatuto e dos vencimentos dos professores, do desporto escolar, da programação dos equipamentos, etc. Pode e deve fazê-lo mesmo apenas numa perspectiva de gestor do sistema educativo. Nessa perspectiva o debate tinha à partida utilidade.

Sabemos que algumas destas matérias são politicamente sensíveis, mas a postura do CDS permanece, a respeito delas, inteiramente responsável. Não procuramos retirar vantagens políticas na base da exploração demagógica das óbvias dificuldades do Governo na resposta a reclamações e a carências. Pode o Governo estar seguro de que continuaremos a não fazer demagogia a respeito dessas questões, mas que estaremos também naturalmente críticos em função do nosso próprio entendimento sobre elas.

Veja-se o caso do anunciado aumento de propinas a pagar pelos estudantes das universidades públicas. Não é nosso objectivo fazer com que a nossa organização de juventude, à custa da contestação e da exploração de reflexos de defesa de privilégios, ganhe à organização similar do partido do Governo eleições em alguma associação académica, mas fazemos ao Ministério duas observações sérias.

Em primeiro lugar, depois de décadas de congelamento o aumento das propinas universitárias tem de ser fruto de uma decisão política assumida por quem tem a competência e a responsabilidade para a tomar: o Governo! Os governos monopartidários de maioria absoluta não podem furtar-se às decisões difíceis, nem podem reclamar para elas coligações com a oposição, nem divisões de responsabilidade com instâncias que não estão na origem da decisão. Denunciamos, por isso, a tentativa, por largo tempo tentada, de empurrar as universidades para assumirem o encargo da alteração, inevitabilizada entretanto pela asfixia financeira.

Em segundo lugar, se a medida se pode justificar pela vontade de introduzir justiça na distribuição de benefícios pela população em idade de frequentar esse grau de ensino, também é verdade que nada se deve fazer neste campo sem alterar radicalmente o sistema de bolsas e apoios sociais, de modo a garantir essa mesma justiça. Talvez o Governo venha um dia a prestar atenção à nossa proposta de cheque de ensino. É que não se pode falar de justiça a propósito de propinas, de financiamento do ensino à custa dos contribuintes sem resolver o problema dos contribuintes que pagam o ensino dos seus filhos duas vezes — uma por via dos impostos, outra por via das propinas, quando exercem o seu direito de escolha e escolhem um ensino não público.

Se neste, como noutras casas, procuramos evitar a demagogia, também usaremos a autoridade que isso nos confere para exigir que o Governo não a utilize quando procura responsáveis por deficiências que deve assumir.

Não compreendemos, por exemplo, que se fale de abandono da carreira docente a propósito de professores que integram quadros das direcções regionais ou do pró-

prio Ministério, quando de facto a sua situação resulta da requisição pelos serviços do próprio Ministério.

Racionalizem gastos e custos, mas sem demagogia, e terão o nosso apoio. Será esta a nossa atitude sempre que de tal venha a tratar-se. Não alinharemos com críticas sistemáticas ou com a enunciação miserabilista das carências conhecidas sem apontar alternativas. Exigiremos em contrapartida a seriedade e o rigor.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marília Raimundo.

**A Sr.ª Marília Raimundo (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados: Educar é proporcionar ao indivíduo capacidade de pensar, agir, discernir, isto é, desenvolver todas as suas potencialidades para que cada um e todos, no seu conjunto, formem a sociedade a que todos aspiramos.

O homem é, assim, dentro de uma perspectiva global, o grande horizonte da educação. O seu pleno desenvolvimento constitui o grande compromisso da educação.

Todos aqueles que se têm interessado pelo problema da educação concordam que a escola se tem vindo a confrontar com uma das maiores encruzilhadas da história. É que recebe constantemente críticas e contestações de muitas instituições que com ela se encontram envolvidas no desenvolvimento económico e social do País.

Para que o objectivo da educação seja atingido, tem-se vindo a imprimir à escola uma nova dinâmica — a da escola aberta, integrada na comunidade, liberta de todo o isolamento cultural e capaz de identificar e interpretar as aspirações do meio em que se encontra inserida, ou seja, a escola da liberdade.

Trata-se de uma escola que deve conquistar o seu próprio prestígio como instituição que atende a todos, numa troca incessante de experiências, onde as necessidades, os anseios, as aspirações e dificuldades são discutidas e solucionadas.

Integrar, coordenar, orientar, compreender e harmonizar o desenvolvimento do homem em todos os domínios e planos são algumas das expectativas que a sociedade tem da escola.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Para a escola o homem não é, apenas, importante sob o ponto de vista económico, científico, tecnológico, artístico ou filosófico. Todas as suas dimensões têm de ser importantes para essa concepção de escola aberta, viva, dinâmica, actuante e global.

Srs. Deputados, sem uma escola nova não pode haver reforma educativa! Por isso, este Governo apostou «numa melhor integração da escola na sociedade».

Disse S. Ex.<sup>o</sup> o Sr. Primeiro-Ministro que o «anterior Governo lançou uma reforma educativa profunda cuja plena afirmação ocorrerá nos próximos anos». E acrescentou, ainda: «Criaremos as condições para que os jovens portugueses nela encontrem as respostas para as suas necessidades e ambições de formação de uma forma adequada à crescente complexidade da vida moderna.» É assim que se vai possibilitar «aos cidadãos acrescidas possibilidades de conhecimento moral, cultural e cívico».

Deste modo — e bem —, «a educação continuará a ser uma prioridade de acção governativa», o que, aliás, é facilmente constatável se reflectirmos nas verbas que lhe são atribuídas na proposta de lei do Orçamento do Estado

para 1992 e, também, no PIDDAC. Esses números não podem ter qualquer contestação!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A educação, por ser, para nós, vínculo fundamental de cultura e difusão do saber, é um instrumento indispensável de integração, de modernização e de desenvolvimento nacional.

A nossa integração na Europa das Comunidades vem consolidar e desenvolver, pela cooperação e pelo intercâmbio, uma autêntica dimensão europeia na educação. Esta traz consigo alteração de perspectivas, abandono de preconceitos, o reconhecimento de semelhanças e a afirmação da unidade e diversidade da Europa das Comunidades. É, pois, uma responsabilidade acrescida para a nossa escola.

Se queremos ter os olhos no futuro, há que «humanizar as escolas e torná-las espaço activo de participação», no dizer do Programa do Governo, com o que, aliás, estamos de acordo!

Há, pois, que deixar de olhar a escola como um mero local onde se ensina e se aprende e passar a encará-la como um grande espaço de vida: o mais importante espaço de maturação e de preparação para a idade adulta, para o exercício responsável e livre da cidadania, adoptando novos tipos de informação, introduzindo novas metodologias, fazendo interagir formação teórica com formação vocacional, assumindo uma formação multidisciplinar, interessando-a pelo meio em que está inserida e, reciprocamente, enriquecendo-a com o contraponto cultural desse mesmo meio envolvente.

**O Sr. José Cesário (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — O Programa do Governo refere que «o desenvolvimento, a expansão e a modernidade do sistema educativo nacional irão orientar-se por critérios de qualidade, inovação e eficácia», princípios orientadores da escola e da reforma do sistema educativo. Daí, a importância de uma gestão moderna, onde a administração da escola passe, também, a desempenhar um papel de relevo na sua transformação.

A UNESCO, num dos seus muitos documentos, afirma que de nada adianta um aperfeiçoamento pedagógico, didáctico, científico, se o processo ensino-aprendizagem não cuidar da formação dos que integram o seu administrar.

A educação tem, assim, cada vez mais, de se preocupar com a preparação dos seus «gestores», não apenas dentro de perspectivas profissionalizantes e funcionais, mas de quem está formando alguém para o desenvolvimento e desempenho de uma tarefa de imensa nobreza, que é a tarefa de educar!

O Programa do Governo, no capítulo da educação, ao referir-se à administração e gestão do sistema educativo, diz que o Governo dará prioridade à «modernização, à eficiência e à optimização na utilização dos recursos».

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Na escola é necessário valorizar o professor, substituir a concepção tradicional de que o professor apenas ensina pela concepção de que o professor, como sujeito e objecto da formação, é aquele que é capaz de fazer com que o aluno fique a saber, disponha de um saber integrado na sua própria vida.

Na escola, o professor é, pois, o elemento nuclear que determina a excelência escolar pela sua competência no processo pedagógico e relacional e que, em todas as suas valências, se afirma como um educador culto.

Assim, urge «continuar a política de estabilização, de valorização e de dignificação do pessoal docente» das nossas escolas, pois, sem um corpo docente qualificado e motivado não pode mudar-se a escola, não pode levar-se a bom termo a reforma do sistema educativo em que todos estamos apostados.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Tendo, assim, presente o papel da escola na preparação da sociedade portuguesa para responder aos desafios do futuro e defendendo que a solidariedade se traduz, sempre, em mais igualdade de oportunidades, julgamos oportuna a proposta do Governo de «prosseguir o Programa Interministerial para Promoção do Sucesso Educativo, de alargar a oferta de educação pré-escolar e de aperfeiçoar os instrumentos de apoio à educação dos deficientes».

**A Sr.ª Maria Luísa Ferreira (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — No mesmo sentido, pensamos que deverá ser desenvolvido um sistema — que já foi focado, aqui, hoje — diversificado de instrumentos de apoio aos estudantes mais carenciados, incluindo a concessão de bolsas de estudo.

Deverá ser, também, alargada e melhorada a oferta de residências para estudantes de todos os níveis de ensino. Todos estes aspectos se traduzem na defesa dos princípios da solidariedade, da justiça social e da igualdade de oportunidades por que nos vimos, sempre, batendo!

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** O combate pela qualidade, a defesa de uma cada vez maior igualdade de oportunidades, a promoção dos cidadãos pela aprendizagem permanente e o estímulo à inovação são desafios que se põem à sociedade portuguesa dos nossos dias.

Assim, no que respeita aos ensinos básico, secundário e tecnológico, artístico e profissional, o Governo propõe-se, e bem, a «melhorar a qualidade, alargar as oportunidades, facilitar a aprendizagem permanente e estimular a capacidade de inovação».

**A Sr.ª Maria Luísa Ferreira (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Uma vez aprovado o plano curricular dos ensinos básico e secundário, pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, o Governo anterior lançou-se na tarefa da sua implementação. Este Governo irá dar continuidade à reforma do sistema educativo, neste caso curricular, bem como, outros aspectos, tendo em conta — e sempre — a avaliação da experiência anterior.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O ensino e a preservação da língua e da cultura portuguesas — assumidas como elemento constituinte e aglutinador da identidade nacional — e a sua difusão continuam a desempenhar um papel primordial no estreitamento de laços existentes entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e entre países de língua oficial portuguesa.

Na verdade, ao organizarmo-nos, há séculos, com a grande epopeia dos Descobrimentos e, hoje, com a integração na Europa, temos uma tarefa ímpar na história: a

de preservar, defender e divulgar a nossa língua e a nossa cultura.

Assim, atribuímos a maior importância não só à criação do Instituto Camões «como instrumento fundamental na política de afirmação da política portuguesa no mundo», como à «difusão da história e cultura portuguesas como instrumentos estratégicos de reforço da identidade nacional».

Congratulamo-nos, ainda, com o facto de esta instituição ir ser tutelada pelo Ministério da Educação, visando, assim, uma melhor coordenação e eficácia de actuação.

Assim, estamos convictos de que o Governo irá continuar a apostar na educação como primeira prioridade para continuar a desenvolver e modernizar o País.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, assistimos, hoje, no decorrer deste debate a duas posições distintas, e que passo a registar: uma, a posição do Governo e, outra, a da bancada do PSD.

*Protestos do PSD.*

O Orador: — Eu vou explicar, se os Srs. Deputados quiserem ouvir, como certamente quererão!

O Governo apresentou-se falando, de forma geral, em coisas concretas que diz ir realizar; a bancada do PSD, finalmente, tentou fundamentar, do ponto de vista ideológico, uma política que não existe.

Reconhecemos a dificuldade do PSD e do próprio Governo, porque herdaram do Ministério anterior uma situação assaz difícil! Sabemos que os agentes educativos e as escolas têm muitas dificuldades, hoje acrescidas porque o Governo anterior criou algumas expectativas que acabou por não resolver.

Recordo que, ainda recentemente, ouvimos o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos dizer, aqui, numa sessão de perguntas ao Governo, que não iriam fazer demagogia. Na altura, tentei esclarecer junto do mesmo o significado de tal afirmação. Fui esclarecido no sentido de que isso significava uma ruptura com a política do Ministério anterior, ou seja, ao verbo — que era importante também — ia, agora, opor-se uma prática diferente, numa tentativa de realizar aquilo que não se fez. Mas, e como dizia o Sr. Deputado Carlos Coelho, o Partido Socialista terá errado ao não ter dado, sequer, o benefício da dúvida a este Ministério da Educação, a este Ministro e a esta equipa ministerial. Mas isso é falso!

Este Ministério e este Governo cometem um erro essencial, que o Ministério anterior não cometeu, uma vez que, imediatamente à sua tomada de posse, o anterior Ministro da Educação fez um diagnóstico razoável da situação educativa, ao qual até os socialistas deram o benefício da dúvida, precisamente, porque era um diagnóstico profundo e bem feito. Mas, este Governo, este Ministério não se pronunciam, nem sequer se distanciam da situação difícil que herdaram.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito habilidoso, mas pouco convicto!

O Orador: — Ora, esta situação, por si só, justifica a interpelação do Partido Socialista, porque é importante que os Portugueses conheçam o que o Governo diz.

Voltando à questão inicial, o Governo nada nos disse e, de facto, as intervenções quer do Sr. Deputado Pedro Roseta quer da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marília Raimundo traduziram-se numa tentativa de argumentar através de um conjunto de ideias com as quais, genericamente, ninguém se pode pôr em desacordo!

Porém, passando depois à prática, ainda na recente legislatura os Srs. Deputados recusaram um projecto de lei do Partido Socialista de apoio às escolas isoladas e aos professores deslocados, que visava diminuir a desigualdade social que se cria no acesso à educação através de circunstâncias derivadas quer das regiões onde se inserem as escolas quer das condições em que estas funcionam.

É o que acontece ainda, por exemplo, quando o PSD, dizendo que a escola deve ser um lugar de felicidade, aprazível e de sucesso, onde todas as pessoas se sintam bem, mantém as escolas — que governa há 14 anos — isoladas e os professores deslocados com condições completamente insuficientes, e mesmo lamentáveis, para o tempo em que vivemos, nomeadamente para um Governo que se diz ter uma política de sucesso individual.

Acrescente-se, ainda, o enormíssimo problema ligado às questões laborais, concretamente, da carreira dos professores, onde estes, assustadoramente, são empurrados para situações deveras difíceis.

Há, pois, que conjugar uma de duas coisas: a prática do Governo e a filosofia política e ideológica que a bancada do PSD, aqui, nos trouxe!

É que a prioridade à educação não existe na prática, porque, em Portugal, o investimento na educação — com o qual concordamos, sempre que ocorra — tem um défice atrasado. Isso deve-se ao facto de durante muitas décadas apenas se tiverem investido 3 % do PIB na educação...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Culpa do PS!

O Orador: — ... e só ultimamente, e depois do 25 de Abril, se chegaram a investir 5 % do PIB na educação. Ora, o Sr. Ministro da Educação, que tanto se vangloria, vai chegar, provavelmente, aos 6 % do PIB enquanto na Europa, onde o Sr. Ministro e o Sr. Deputado Pedro Roseta falaram que nos vamos integrar e que, por isso, é preciso que todos concorram nesse objectivo — de trazer a felicidade aos alunos e estudantes portugueses, de a escola ser tida como um espaço feliz, como dizia o Sr. Ministro —, é muito superior. Pois bem, esta «escola» tem um atraso superior a 20 ou 30 anos de investimento, e estes 6 % do PIB têm um valor muito reduzido. Ora, a prioridade à educação tem de se traduzir, claramente, num esforço para esta recuperação.

E mais, porque, se for só o dar dinheiro, estamos a «regar a arcada»! O que tem sido feito é, precisamente, alimentar o sistema de uma forma perfeitamente exaustiva, ou seja, alimentar um «monstro» que não tem trazido nenhuma forma de actualização dos recursos. Trata-se, apenas, de uma modernização e dificilmente uma actualização dos meios e dos recursos ao dispor da educação.

Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão que lhe quero pôr é esta: com o quadro que lhe tracei e com o qual, certamente, estará de acordo — porque ele reporta, um pouco, aquele diagnóstico que era feito, e que entretanto não se alterou —, afinal, como é que este Governo, este Ministro

da Educação, que nos veio, hoje, falar em alguns *slogans* e palavras vãs, sustenta essa idílica imagem que nos traçou, do ponto de vista da filosofia política educativa?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marília Raimundo.

**A Sr.<sup>a</sup> Marília Raimundo (PSD):** — Sr. Presidente, é com muito gosto que respondo à intervenção — penso que não foi um pedido de esclarecimento — do Sr. Deputado António Braga e, como ele é um especialista de educação, dou-lhe toda a razão quando diz que foram, aqui, defendidas duas posições diferentes.

Também penso que foram apresentadas duas posições completamente diferentes: a defendida pelo partido interpelante — o Partido Socialista —, que veio, aqui, trazer uma série de questões, que como já foi dito, são mais técnicas do que políticas — não se tratou, portanto, de uma interpelação no verdadeiro sentido parlamentar —, e a do PSD e do Governo, que foi uma posição de postura política, importante na defesa dos princípios, porque é aos técnicos que caberá, depois, a elaboração do encargo das questões e das possíveis soluções que, a nível da governação, serão decididas de uma forma ou de outra. Essa competência é dos técnicos e não minha!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (Indep.):** — Com a sua benevolência, Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo e, por seu intermédio, todos os Srs. Deputados, visto ser a primeira vez que intervengo na Assembleia da República como deputado independente, representando a UDP.

Passo à matéria em apreço e a uma brevíssima intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O anunciado aumento das propinas universitárias é um caso modelar para aferir da filosofia política do Governo.

Argumenta V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, que há que aproximar a dos custos reais, e a igualdade de oportunidades viria pela concessão adequada de bolsas aos estudantes com carencias económicas. Dir-se-ia quase perfeito: paga quem pode e quem deve, apoia-se quem precisa e sai mais barato ao Estado.

Contudo, é exactamente aqui que se realiza a perversão da igualdade de oportunidades. O Governo não faz mais do que reconhecer a desigualdade social crescente e a elevada selectividade da pirâmide escolar, e aplica a um serviço público o critério de racionalidade económica própria de um serviço privado, confirmando por extensão que encara cada vez mais a intervenção social e o papel do Estado como meramente supletivo. O Sr. Ministro transporta esta perspectiva ou absurdo quando, parafraseando alguém mais célebre, diz que nunca tantos pagaram por tão pouco.

Pela minha parte, sinto-me feliz como contribuinte quando ajudo a pagar medicamentos que espero nunca consumir!

Outra fosse a política do Estado relativamente à distribuição dos rendimentos e à garantia do acesso universal dos cidadãos à qualidade de vida, e a igualdade de oportunidades provinha da sociedade para a escola. De

facto, o Governo reflecte apenas a inoportunidade das desigualdades.

A dualidade de propinas caras/bolsas é, em si mesmo, uma discriminação dentro de um serviço público fundamental e estratégico para o desenvolvimento do País e contraditória com as intenções expressas pelo PSD e pelo Governo de «valorização social do ensino público».

Gostaríamos de ver, Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> apresentar um programa de acesso continuado à educação pública, contendo naturalmente tarifas e subsídios, mas numa lógica correctora da selectividade educativa e dos seus custos sociais. Essa é a orientação constitucional.

Como compatibiliza V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, o aumento das propinas com o preceito constitucional de «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino»?

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A campanha governamental pelo forte aumento das propinas universitárias resulta do elitismo social, é inconstitucional e distancia a universidade dos cidadãos.

Em suma, a meu ver, nada tem a ver com a democratização da educação.

*Aplausos do PCP e do Deputado independente João Corregeador da Fonseca.*

**O Sr. Presidente:** — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Passos Coelho para uma intervenção, quero agradecer, em nome da Câmara, ao Sr. Deputado Luís Fazenda o cumprimento que dirigiu a todos pela sua primeira intervenção e saudá-lo como parlamentar desta Casa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

**O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao contrário do meu companheiro deputado Carlos Coelho, que questionou, e com razão, o fundamento da oportunidade desta interpelação, queria agradecer ao Partido Socialista a oportunidade que deu ao trazer aqui esta interpelação. Penso que foi tão útil que ficamos à espera das próximas interpelações que o Partido Socialista possa fazer suscitar nesta Câmara. Se todas elas decorrerem desta maneira, pensamos que a Câmara fará um julgamento não muito distante daquele, no tempo, que o eleitorado fará, isto é, no fim do mandato.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — Mas esta interpelação tem uma razão de ser, que ficou reconhecida durante este debate: é que este Governo tem uma equipa que continua uma reforma educativa iniciada há quatro anos atrás.

**A Sr.<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS):** — Isso não sabímos, não nos foi dito!

**O Orador:** — Sobre esse ponto de vista reafirmaram-se um conjunto de propostas e de valores que se prendem aos mesmos princípios que levaram a que ela fosse desencadeada há quatro anos atrás. Se com a proposta de Orçamento esta equipa vai ter mais meios para concretizar essa política é, em nossa opinião, um factor positivo que esperamos não só ver concretizado no tempo como também dar continuidade a algumas questões que ficaram por resolver em devido tempo por a legislatura ter terminado.

E, se me permitirem, restrinjo-me essencialmente ao ensino superior.

As questões que ficaram pendentes na última legislatura tinham, justamente, a ver com o financiamento do ensino público superior, com toda a reformulação do apoio social, com a avaliação pedagógica, científica, financeira e administrativa do ensino superior. Acresce a estas a questão das propinas.

Creio que foi o Sr. Deputado Manuel Queiró que aqui referiu o quanto essa medida poderia ser impopular para a organização de juventude que também apoia o Governo. Não temos medo de perder associações de estudantes por causa de um aumento de propinas, esperemos é que ele sirva para alguma coisa.

Os estudantes do ensino superior estão bem escorados. Permito-me, sem que caia em abuso, referir o texto que resultou do último Encontro Nacional de Direcções Associativas do Ensino Superior, que comportou associações do ensino público e do ensino privado, e em que das questões colocadas 67 foram dirigidas ao Sr. Ministro da Educação. Quer as direcções associativas mais próximas da JSD, quer as mais distantes sabem cuidar de si — e ainda bem! —, porque essa é a autonomia que devem ter.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Entendemos também que a maturidade por elas atingidas permitir-lhes-á, com certeza, não ter de discutir eleitoralmente a reforma do ensino superior quando o que se oferece em programa de actividades deste Governo é uma completa reestruturação do ensino superior, que tem de contribuir para alcançar três objectivos.

Em primeiro lugar, dar um salto qualitativo enorme na qualidade de ensino, que não tem sido praticada tão intensamente quanto era desejável.

Em segundo lugar, é preciso ter em atenção que a proposta apresentada pelo Governo, de reduzir o número de anos das licenciaturas, mestrados e doutoramentos, não foi — recorde-se — uma medida contida no programa eleitoral do PSD, mas, sim, curiosamente, no manifesto eleitoral da JSD.

É uma proposta que, do nosso ponto de vista, e sem querer contrariar a pretensão do doutor e magnífico Deputado Pedro Roseta, que, como nós, é um humanista preocupado com a formação integral, procura satisfazer no mercado de trabalho, e na competitividade a que a sociedade portuguesa está cada vez mais exposta, uma oferta real pelo facto de os estudantes poderem estar menos tempo no ensino superior, retirarem dele um aproveitamento maior e de saírem mais cedo para a vida activa, como o País necessita.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.):** — De patins!...

**O Orador:** — Finalmente, devo dizer que a questão importante das propinas não foi tão insistentemente levantada por puro acaso.

As propinas não podem ser desinseridas do aspecto mais global do financiamento do ensino superior público nem estar desligadas do restante pacote legislativo que o Governo, de uma forma articulada, vai ter de apresentar e que contém o apoio social, a redução do número de anos, a avaliação do sistema.

Como o Encontro Nacional de Direcções Associativas questionava, não vale a pena avançar isoladamente com

um aumento de propinas sem se saber se vamos ter ou não melhores mecanismos de avaliação pedagógica, um apoio social mais justo e mais alargado, a possibilidade de, dentro da autonomia universitária, encontrar meios mais eficazes de autofinanciamento para as universidades. Mas o tempo político em que esta interpelação ocorre não permite avaliar essa questão nesta altura.

Se esta equipa cumprir o que programadamente se projectou no início desta reforma educativa e der sequência, nos próximos quatro anos, à concretização destas propostas, então seremos todos nós que, no fim da Legislatura, estaremos aqui para julgá-la com ou sem aumento de propinas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pela nossa parte, da mesma maneira que avaliamos o trabalho produzido durante quatro anos pela equipa do Ministro Roberto Carneiro, que...

**Vozes do PS:** — Até foi substituído!

**O Orador:** — ... teve tanto de positivo como de menos positivo algumas questões que evidenciámos, podendo, hoje, com folga, dizer-se que foi um ministério decisivo e importante para a reforma em curso, não hesitaremos, no fim da Legislatura, em poupar elogios à actual equipa se concretizar este plano, mas não gostamos de «colocar o carro à frente dos bois». No fim deste mandato aqui estaremos para julgar!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Manuel Queiró (CDS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, se pretende usar da palavra para pedir esclarecimentos, informo-o de que já não dispõe de tempo.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS):** — Sr. Presidente, fui largamente citado na intervenção do Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, embora ele não me tenha colocado qualquer questão aquando da minha intervenção. Segundo me parece, há um mal-entendido por parte do Sr. Deputado relativamente ao que eu disse, pelo que, sob a forma regimental de interpelação à Mesa, e não de defesa da honra, desejava esclarecer-lo, se o Sr. Presidente me der essa possibilidade.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado, e dispõe de trinta segundos.

**O Sr. Manuel Queiró (CDS):** — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, peço-lhe que não veja no que eu disse qualquer espécie de ataque ou, mesmo, de crítica à JSD pela sua política de eleições nas universidades, porque o que disse foi que o CDS não iria tentar capitalizar para a sua organização política de juventude eventuais dificuldades que a JSD possa sentir. Espero que o Sr. Deputado tenha dado o valor devido a esta minha declaração, porque as críticas que se podem fazer ao aumento de propinas partiriam mais facilmente desta ala política do que da esquerda, que já vimos que, ao nível do

Parlamento, faz uma enorme ginástica no sentido de tentar encontrar motivos para atacar o aumento de propinas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho. Dispõe de 30 segundos.

**O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Queiró, quero apenas dizer, muito rapidamente, que não houve qualquer mal-entendido. Apenas procurei, a partir da afirmação feita pelo Sr. Deputado, deixar bem claro, perante a Câmara, que não seria o problema das propinas, pela impopularidade que poderia criar, a inibir a JSD de emitir uma voz global sobre a reforma do ensino superior.

Porém, depois do seu esclarecimento, não posso deixar de o cumprimentar e de lhe agradecer pela afirmação que fez, pois não queria merecer-me injusto.

**O Sr. Presidente:** — Terminado o período de debate e nos termos do n.º 4 do artigo 241.º, do Regimento, entra-se no período de encerramento com as intervenções de um Deputado do grupo parlamentar interpelante e de um membro do Governo, que o encerra.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Julieta Sampaio.

**O Sr. Julieta Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Finalmente fez-se luz. O Ministro da Educação, «obrigado» pelos socialistas veio ao Parlamento.

*Aplausos do PS.*

*Protestos e risos do PSD.*

Estejam calmos, Srs. Deputados! Estejam calmos!

Estranhou esta Câmara e o País que durante o debate do Programa do Governo, o Ministro da Educação tivesse ficado calado.

E tão estranho nos pareceu, quando o Programa se resumia a alguns chavões como: critérios de qualidade; inovação; eficácia; consolidação da reforma educativa; modernização do sistema.

A explicação complementar não veio. Tudo se ficou pela presença passiva do Ministro na bancada do Governo.

O PSD, há 14 anos com a pasta da Educação, prometeu, em plena campanha eleitoral, humanizar as escolas, reforçar a acção social escolar aos alunos e às famílias, promover a igualdade de acesso e de sucesso na escola, alargar a escolaridade obrigatória e melhorar a administração e gestão do sistema.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Do confronto entre os dois textos concluímos que o programa eleitoral foi elaborado por quem não conhecia a realidade dos problemas ou desejava a ruptura com a política «Roberto Carneiro».

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Não apoiado!

**A Oradora:** — O Programa do Governo é vago, não define políticas concretas e leva-nos a concluir que a actual equipa não fez, porque não quis, ou não soube, qualquer avaliação sobre o passado.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Só mesmo seu!

**A Oradora:** — O Ministro pouco tem falado. Ao Parlamento mandou sempre os Secretários de Estado. Foram os partidos da oposição que o chamaram à comissão parlamentar.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Pensei que tivesse sido a comissão!

**A Oradora:** — O País não o identifica como o «homem da educação».

Roberto Carneiro foi o rosto de uma política, de que discordámos, mas que pais, alunos e professores identificavam e responsabilizavam.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Os socialistas com o agendamento desta interpelação pretendiam quebrar o muro do silêncio e a indefinição que existia na política educativa.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

**A Oradora:** — Calma, Srs. Deputados!

Os meus camaradas de bancada, ao longo do debate, levantaram questões que ficaram no vazio ou não foram satisfatoriamente respondidas.

*Risos do PSD.*

O Ministro não foi claro sobre a reforma. Não desvendou a sua política. Não disse se vai continuar a política do anterior Ministro ou se pretende a ruptura. Este Governo é, para o País, igual ao anterior. O Primeiro-Ministro é o mesmo.

*Aplausos do PS.*

A anterior política educativa falhou. Será que esta também vai falhar? O tempo o dirá, mas as hesitações e as ambiguidades demonstradas ao longo do debate não são um bom pronúncio.

Da reforma o Sr. Ministro pouco ou nada disse; do novo da reforma que o Ministro Roberto Carneiro deixou o senhor ainda não encontrou o fio. Roberto Carneiro, antes de sair, escondeu a ponta, e o Ministro Diamantino Durão ainda não a encontrou.

Convenhamos que é «duro»!

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Que intervenção tão triste!

**A Oradora:** — Do ensino especial nada foi clarificado. Temos dúvidas de que o Ministro esteja em condições de fazer um diagnóstico rigoroso sobre o mesmo.

Quanto ao PRODEP, foi pouco esclarecedor, pois continuamos a desconhecer o seu grau de execução. Esperava-se que o Sr. Ministro clarificasse, porque foram anulados a muitas escolas os seus programas. Sendo assim, como vão as escolas isoladas poder concorrer em igualdade de oportunidades com as dos grandes centros?

O PRODEP, a cuja filosofia de fundo estava subjacente a correcção das desigualdades na educação, foi usada de maneira irresponsável e só criou frustrações.

Do trabalho infantil e dás metas para o cumprimento da escolaridade obrigatória o Ministro nada trouxe de clarificador. Continua a desconhecer-se a sua meta.

Deste debate fica claro que o Sr. Ministro é um homem sem ambições!

#### *Risos do PSD.*

Às várias questões sectoriais, em domínios chave de política educativa, muitas ficaram sem resposta e outras foram-no sem a clareza e a profundidade exigida. O Ministro e a sua equipa estudaram muito mal esta lição. São para professores e alunos um exemplo a não seguir.

Do Conselho Nacional de Educação nem uma palavra. Ficamos sem saber se o relacionamento com este importante órgão vai, como no passado, ser utilizado para a fuga ao debate com o Parlamento.

Do relacionamento com os colegas de outras pastas directamente ligadas ao sistema educativo também ficámos sem qualquer esclarecimento. Tudo isto foi pobre, vago e mediocre!

#### *Vozes do PS: — Muito bem!*

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A verdade é que este Governo e este Ministro ainda não encontraram rumo para o Ministério. Se no passado houve deficiências, hoje, estas acentuam-se de forma agravada. É um desnorte total!

#### *O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É um desnorte do PS!*

**A Oradora:** — Os socialistas abriram este debate com uma análise criteriosa sobre o actual estado do ensino em Portugal. Sectorialmente, apontámos erros e apresentámos soluções. Fomos claros, não estamos de acordo e temos sérias reservas quanto à competência do Ministério, deste Ministro e da sua equipa.

Dois meses e meio são para arrumar a casa, mas será que a casa foi bem arrumada? Os ecos que se ouvem deixam-nos ainda mais preocupados.

Somos oposição, é esse o mandato que temos; cabe-nos fiscalizar, criticar e não temos de apresentar soluções, porque não somos Governo.

#### *Aplausos do PS.*

#### *Risos do PSD.*

Há 14 anos que o PSD está à frente do Ministério da Educação e há 14 anos que as crianças de Baião continuam a levantar-se às seis da manhã, para chegar à escola, e a regressar a casa ao cair da noite. É esta a reforma do PSD, feita de programas parcelares, desarticulados e sem visão de obra de conjunto?

O Governo não gosta de se avaliar,...

**A Sr.ª Maria Luísa Ferreira (PSD): — Não é verdade!**

**A Oradora:** — ... é arrogante e auto-suficiente. A verdade é que esta filosofia conduziu o sistema educativo, em Portugal, a um labirinto de onde é cada vez mais difícil sair.

Perderam-se as melhores oportunidades, gastou-se dinheiro e não se investiu nos valores autênticos da educação; a aposta na valorização da criança, em igualdade de oportunidades, está comprometida; o pré-escolar é, cada vez mais, para os que podem pagar; o sucesso é, cada vez mais, só para alguns; as desigualdades sociais na educação aumentam, quando deviam diminuir;...

**O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Está-se a tornar uma cassette!**

**A Oradora:** — ... a formação profissional está desarticulada do ensino curricular; a passagem da escola para a vida activa tem, por vezes, pelo meio o caminho da marginalidade; o desporto escolar continua a não existir; a maioria das escolas são construídas sem pavilhões; as autarquias continuam à espera do diálogo que tarda ou não virá nunca; o Ministério descentraliza competências para fugir às responsabilidades; as verbas dos protocolos que assina chegam tarde ou, por vezes, não chegam nunca; o diálogo com os professores é nulo e estes para serem ouvidos têm de recorrer à greve; a dignificação da carreira docente não faz parte das preocupações deste Ministro; e os necessários incentivos à fixação dos professores aos meios sociais e geográficos não existem.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados:** Os meus colegas de bancada levantaram, ao longo deste debate, problemas sérios e urgentes, para os quais o Governo não encontra resposta nem soluções. Tenho dúvidas de que as venha a ter, tão grande é o desnorte e a desorientação. Falta a esta equipa determinação e vontade política, componentes essenciais à concretização de qualquer programa.

Estamos convencidos de que não será com este Governo que teremos alunos nas escolas a tempo inteiro, professores dignificados na sua carreira, uma acção social justa e digna e uma escola de valores.

**Sr. Ministro,** o seu programa não garante que a educação seja para este Governo a prioridade das prioridades, e muito menos uma educação para todos. É certo que, muitas vezes, um bom programa, bem escrito, não é bom se não for bem executado, mas este está longe de ser uma coisa ou outra.

O Governo, ao longo do debate, deixou sem resposta muitas das questões que nos preocupam e também aos Portugueses. Tememos que continue a não ter respostas!

A discussão do Orçamento do Estado, que se aproxima, vai certamente dar corpo a estas preocupações, pois o investimento anunciado para a educação para 1992 tem um acréscimo inferior ao orçamentado no PIDDAC para as obras públicas. Se assim for, a educação não é para o Governo o meio por exceléncia para os grandes desafios do futuro. Fica também provado que a aposta deste Governo não é a realização pessoal do indivíduo como meio de combate à discriminação e exclusão social.

**Sr. Presidente e Srs. Deputados,** a grande aposta deste Governo é, de novo, cimento armado!

O Partido Socialista com esta interpelação levantou questões, apontou lacunas e alertou esta Câmara e o País para o desnorte e a incompetência que existe no Ministério da Educação. É grave que isto esteja a acontecer, pois a mudança social, que se deseja, exige que sejamos capazes de mudar, educando-nos ao longo da vida, e a passagem pela escola é uma etapa inicial e decisiva. A escola, Sr. Ministro, tem de deixar de ser, em Portugal, o que violentamente tem sido: reproduutora da estrutura social e económica à custa das assimetrias, reproduzindo a hierarquia social, em vez de a esbater.

Os problemas da educação passam por uma maior participação e consciencialização de todos os intervenientes na tarefa de formar. O sucesso escolar passa pela relação aberta de todos com a sociedade.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados:** O Governo perdeu este debate, porque os socialistas demonstraram, com fundamento, que as promessas eleitorais não passaram de boas palavras!

#### *Risos do PSD.*

É imperioso reformar a educação. Não é nos gabinetes que se encontra a ponta do fio do novelo da reforma. Ela está no País real e no quotidiano dos Portugueses, para quem, em geral, as soluções tardam em chegar.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

**O Sr. Ministro da Educação:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao terminar esta interpelação, era nossa intenção felicitar o Partido Socialista pela iniciativa, porque admitímos que se originasse um debate sobre o sistema educativo. Porém, verificámos, com alguma mágoa, ao longo do debate, que as posições aqui defendidas pela generalidade da oposição reflectem um afastamento lamentável da realidade portuguesa.

*Aplausos do PSD.*

Era legítimo supor que, em matéria de tão relevante interesse nacional, como é a da educação, um partido responsável, como deve ser o maior partido da oposição, trouxesse a esta Assembleia a crítica construtiva e a reflexão séria, quiçá até novas ideias. Lamentamos que não tenha sido esta a conduta apresentada.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — As medidas justas, inquestionáveis e aceites pela generalidade do sistema educativo, o Partido Socialista nada disse. Critica por criticar, entra em contradição em relação a posições anteriormente defendidas nesta Assembleia, pois, ainda não há muito tempo, um Deputado do Partido Socialista, aqui nesta Casa, perguntou: «Quem tem a coragem de aumentar as propinas?» Em resumo, deixou uma falta de soluções credíveis que permitir-me-ão que diga, as novas gerações têm de se acautelar. O País, hoje, e mais uma vez, ficou a saber que não pode contar com o Partido Socialista para conseguir medidas boas para a educação.

*Aplausos do PSD.*

Estamos aqui com toda a boa vontade. Viremos sempre que a Assembleia da República entenda que a nossa presença é útil. Estamos genuinamente interessados em ter um sistema educativo melhor para bem do País e de todos nós.

Desiludam-se quantos, certamente poucos, possam pensar que connosco nada será feito, nada será alterado. A educação é um processo em permanente evolução e empenhar-nos-emos em impulsionar a dinâmica que permita às novas gerações o desenvolvimento intelectual, cultural, tecnológico e social dentro dos melhores padrões europeus.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Durante este debate ouviu-se dizer que a educação não era uma prioridade nacional; que o financiamento público do sistema educativo era insuficiente; que a função do professor não era valorizada e que a reforma tinha acabado. Só o desconhecimento pode levar a este tipo de posições!

A proposta orçamental para 1992 constitui a melhor prova da importância que é dada ao desenvolvimento do sistema educativo. Dada a sua dimensão, vê-se que representa mesmo uma das maiores e uma das principais prioridades do Governo. Os professores, os alunos e os pais são parceiros privilegiados no diálogo com o Ministério da Educação. Esse diálogo tem-se verificado e continuaremos a pautar a nossa actuação nesse sentido.

Os novos *curricula* e outras medidas correlacionadas serão implementados e prosseguirão as fases de evolução do processo. No ano lectivo de 1994-1995, todos os alunos terão já completos os novos *curricula*, com tudo o que de bom isso significa. Estamos dispostos a esse grande desafio para e pelos nossos jovens.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A informação recolhida do acompanhamento das experiências que estão e continuarão a ser realizadas e a sua avaliação orientarão os ajustamentos que, certamente, permitirão melhorias.

Felizmente para os alunos, para os professores e para o País a reforma não falhou e será um vector do desenvolvimento global e integral do sistema educativo que pretendemos.

Queria ainda reforçar esta ideia dizendo que nos propomos alargar as oportunidades de estudo para os jovens, promovendo a igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso escolar. Queremos alargar o acesso, aumentar o sucesso e criar justiça!

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O desenvolvimento integrado do sistema educativo que apresentamos será, porventura, demasiado ambicioso, já que iremos implementar uma larga gama de medidas que abrangerão os ensinos pré-escolar, básico, secundário, tecnológico, politécnico e universitário, não esquecendo, naturalmente, as medidas ligadas à acção social escolar, à promoção do sucesso escolar e à duração dos cursos. Serão também concretizadas algumas medidas congeladas há 50 anos, como seja a actualização das propinas do ensino superior público e outras, que foram alvo de estudo durante um grande período de tempo e que criaram uma enorme expectativa quanto à sua execução. É o caso da implementação dos novos *curricula* no ensino básico e secundário.

Muito importante é também o plano de investimento em novas escolas e o novo equipamento; o programa de intervenção na educação tecnológica e artística e o plano da modernização global do Ministério e das escolas.

Pretendemos fazer tudo isto com extremo rigor orçamental, para não sobrecarregar os impostos dos Portugueses, que precisam de ter a certeza de que o dinheiro que pagam está a ser bem gerido e bem utilizado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aceitamos o desafio e, com dinamismo, estabilidade e ponderação, iremos continuar o processo de desenvolvimento para a modernização do sistema educativo português. Vamos pugnar pela justiça social, pelo desenvolvimento e pela modernidade.

Convido os Srs. Deputados a serem também co-autores da obra de progresso e de desenvolvimento no sector da educação.

Vamos criar sucesso para os jovens e para o País!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária terá lugar amanhã, sexta-feira, às 10 horas, e terá como ordem do dia a formulação de perguntas ao Governo.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 50 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Álvaro Bissaia Barreto.  
António Barradas Leitão.  
António José da Mota Veiga.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Coelho.  
Duarte Rogério Pacheco.  
Fernando Cardoso Ferreira.  
Guilherme Rodrigues Silva.  
João Álvaro Poças Santos.  
João Granja da Fonseca.  
João José Pedreira de Matos.  
João José da Silva Maçãs.  
João de Oliveira Martins.  
José Ângelo Correia.  
José Pereira Lopes.  
Leonardo Ribeiro de Almeida.  
Luís Carlos David Nobre.  
Manuel Baptista Cardoso.  
Manuel Casimiro de Almeida.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.  
Simão José Ricon Peres.  
Vítor Manuel Igreja Raposo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
António Correia de Campos.  
António Luís Santos Costa.  
Armando António Martins Vara.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
José Rebelo dos Reis Lamego.  
José Rodrigues dos Penedos.  
José Sócrates de Sousa.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Mário Manuel Videira Lopes.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Octávio Augusto Teixeira.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Fernando José Roque Correia Afonso.  
José Macário Custódio Correia.  
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto de Sousa Martins.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
Eduardo Ribeiro Percira.  
Eurico José Palheiros de Figueiredo.  
Joaquim Américo Fialho Anastácio.  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
Rogério Conceição Martins.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.  
Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

**Centro Democrático Social (CDS):**

José Luís Nogueira de Brito.  
Narana Sinai Coissoró.

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**

André Valente Martins.  
Isabel Maria de Almeida e Castro.

**Rectificação ao n.º 18, de 8 de Janeiro**

No sumário, 1.º col., l. 5, onde se lê «Foi lido e aprovado o voto n.º 6/VI» deve ler-se «Foi lido e aprovado o voto n.º 4/VI».

**A DIVISÃO DE REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.**



*Depósito legal n.º 8818/85*

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

**AVISO**

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Didrio da Repúblida* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 240\$00**

*Todas a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex*